

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA



Monografia de Final de Curso

**A IMPORTÂNCIA DAS MOEDAS LOCAIS
NO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES**

Isabela Pinheiro de Souza

Matrícula: 1921237

Departamento de Economia PUC-Rio

Professor Orientador: Eduardo Amaral

Coordenador de Monografia: Marcio Garcia

Rio de Janeiro, Junho de 2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Monografia de Final de Curso

A IMPORTÂNCIA DAS MOEDAS LOCAIS
NO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES

Isabela Pinheiro de Souza
Matrícula: 1921237

Professor Orientador: Eduardo Amaral
Coordenador de Monografia: Marcio Garcia

Rio de Janeiro, Junho de 2024

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva da autora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, pelas graças concedidas, pela capacitação e fortaleza. Agradeço à minha tia, Ercilia Grossi, pelo acolhimento, apoio e confiança, em abrir as portas da sua casa para me ajudar a realizar esse sonho e pelo incentivo ao longo de toda minha trajetória. Agradeço à minha querida amiga, Nagela Calil, pelo apoio e discernimento na caminhada, principalmente na conciliação da vida adulta e todas as responsabilidades que esta atribui. Agradeço ao meu irmão, Berthony Pinheiro, por ser minha fortaleza e meu porto seguro. Agradeço aos meus pais, Simone Pinheiro e Fausto de Souza, pela vida. Se consegui chegar aonde estou e se me tornei a pessoa que sou, agradeço à vocês, pela educação, amor e comprometimento. Agradeço à minha madrinha, Michelli de Melo, por sempre estar ao meu lado, pelas palavras de carinho e conforto para seguir em frente.

Agradeço ao Departamento de Economia e ao Apoio Solidário, por todo empenho e ajuda, para que realizasse uma graduação de qualidade. Agradeço aos amigos que a PUC-Rio me concedeu, por todos os sufocos e conversas partilhadas. Agradeço ao meu orientador, Eduardo Amaral, por toda paciência de final de semestre e pela ajuda em estruturar a monografia, além do comprometimento. Por fim, agradeço ao meu professor de monografia, Marcio Garcia, pela ajuda em colocar as ideias no papel, principalmente referente ao tema do trabalho e estrutura. Todo apoio é carinhosamente reconhecido.

RESUMO

A moeda local ou social, cuja criação remete aos anos de 1930, exerce um importante papel no equilíbrio sócioeconômico dos territórios, sendo utilizadas em diversos países, de forma regional. A presente pesquisa bibliográfica investiga o surgimento das primeiras moedas sociais, trazendo exemplos de sua utilização em diferentes partes do mundo, focando no Brasil. Os benefícios decorrentes da sua adoção para a população e para a economia são discutidos, mostrando que elas podem ser instrumentos de suporte ao desenvolvimento sustentável das comunidades por meio do incentivo à maior circulação de recursos dentro da região que a adota, além de fortalecimento dos laços comunitários. Adicionalmente, salienta-se a capacidade das moedas locais de serem utilizadas de maneira estratégica para lidar com a escassez de recursos financeiros em tempos de crises, e com a dependência de grandes corporações, com significativo poder de fortalecimento socioeconômico e geração de empregos em nível regional. Nesse contexto, o presente trabalho apresenta a hipótese de que a moeda local, possui um papel relevante no desenvolvimento sustentável das comunidades.

Palavras-chave: Banco Comunitário. Economia solidária. Moeda local.

ABSTRACT

The local or social currency, whose creation dates back to the 1930s, plays an important role in the socio-economic balance of territories, being used in various countries on a regional basis. This literature review investigates the emergence of the first social currencies, providing examples of their use in different parts of the world, with a focus on Brazil. The benefits resulting from their adoption for the population and the economy are discussed, showing that they can be instruments to support the sustainable development of communities by encouraging greater circulation of resources within the region that adopts them, as well as strengthening community ties. Additionally, it emphasizes the ability of local currencies to be strategically used to deal with the scarcity of financial resources in times of crises, and with the dependence on large corporations, with significant potential for socio-economic strengthening and job creation at the regional level. In this context, this paper presents the hypothesis that local currency plays a relevant role in the sustainable development of communities.

Keywords: Community Bank. Solidarity Economy. Local Currency.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A MOEDA NO MUNDO E NO BRASIL	11
1.1 A HISTÓRIA DO PAPEL MOEDA.....	12
1.2 CONTEXTO BRASILEIRO	15
2. HISTÓRICO DA MOEDA LOCAL	19
2.1 EXPERIMENTO ECONÔMICO	19
2.2 INTEGRAÇÃO COM OUTROS MECANISMOS	21
3. AS MOEDAS SOCIAIS NO BRASIL	22
3.1 TRAJETÓRIA DAS MOEDAS LOCAIS	22
3.2 BENEFÍCIOS DAS MOEDAS SOCIAIS BRASILEIRAS.....	24
3.3 BANCOS COMUNITÁRIOS COMO MEIOS PARA AS MOEDAS LOCAIS.....	26
3.4 A MOEDA SOCIAL PALMAS.....	33
3.5 A MOEDA SOCIAL MUMBUCA.....	38
3.6 A MOEDA SOCIAL ARARIBÓIA.....	43
4 - ANÁLISE COMPARATIVA DAS TRÊS MOEDAS SOCIAIS	46
CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

INTRODUÇÃO

O Brasil é considerado um país em desenvolvimento e, por assim ser, é afetado por alguns processos globais, tais quais a o domínio do mercado e a concentração de capitais por parte das grandes empresas multinacionais, o que potencialmente reduz as oportunidades de competição para outros agentes econômicos; as pressões para a racionalização e aumento da produtividade, advindas da competição econômica entre os grandes centros; e a rápida inovação da tecnologia, que altera as formas de trabalho e diminui a demanda por mão de obra, conforme os estudos de Razeto (1997). As consequências desse processo são que, por um lado, ocorre a modernização parcial e dependente que beneficia apenas uma parte da sociedade e exclui a maioria e, por outro, há uma diminuição dos papéis redistributivos do Estado, que se torna crescentemente incapaz de atender às demandas sociais da população. É necessário entender, primeiro, esse processo, para que se possa compreender as bases da criação das moedas sociais ou locais, que advém, principalmente, da economia popular, ou da experiência da pobreza e do sentimento de ajuda mútua na formação de comunidades mais autônomas.

A moeda local, também conhecida como moeda social, paralela ou complementar, tem como objetivo principal o fortalecimento da economia por meio do desenvolvimento econômico local, do incentivo ao consumo de produtos e serviços produzidos na região e da geração de empregos. No Brasil, ela é utilizada internamente, nas comunidades, de forma restrita; sendo necessário fazer parte do Cadastro Único da União: registro nacional de famílias em situação de vulnerabilidade social.

O papel que desempenha a moeda local é amplo. Quando uma comunidade faz uso de uma moeda local, contribui para o aumento da disponibilidade de liquidez dentro da região. Consequentemente, tanto o comércio como as pessoas, adquirem maior acesso aos fundos locais. Facilita, também, a troca de bens e serviços, viabilizando a compra e venda de produtos e serviços de forma mais eficiente, criando uma base para o comércio local.

Todo esse mecanismo gerado pela inserção da moeda local, fomenta também o empreendedorismo comunitário, uma vez que as empresas se beneficiam com uma base mais ampla de clientes e a confiança da população na moeda, promove a abertura de novos negócios e a geração de novos empregos dentro da comunidade. Decerto, quando há incentivo à produção local, espera-se que mais empresas sejam apoiadas e novas possam

surgir para atender à demanda crescente, resultando na diminuição da taxa de desemprego.

Outra vantagem para a economia com o uso de moedas locais é o fato de haver menor saída de dinheiro da comunidade e menos investimento externo, o que ajuda a manter os recursos financeiros dentro da comunidade, incentivando a riqueza local. É sabido, inclusive, que a redução da fuga de capitais é de extrema importância em áreas rurais e em desenvolvimento, justamente para evitar o enfraquecimento da economia local.

A plena gestão e incorporação de uma moeda local se dá através dos Bancos Comunitários, que prestam serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais. Desse modo, o uso de tal tecnologia é que permite que comunidades tenham controle direto sobre o consenso e as regras que governam suas moedas. Isso oferece flexibilidade para adaptar as moedas locais às necessidades específicas da comunidade, além de ser relevante para controle de recursos, acesso e distribuição da moeda.

Diante das características apresentadas, o presente estudo tem como objetivo apresentar a importância das moedas locais no desenvolvimento das comunidades por meio de pesquisa qualitativa, utilizando-se de revisão bibliográfica.

À partir da revisão literária, analisaremos os fundamentos presumidos pelos municípios a partir da implementação da moeda local, além de perpassar, também, por assuntos pertinentes como a tecnologia usada, a forma de controle utilizada para a certificação de acesso de todas as pessoas, mas, principalmente, os benefícios para os territórios, para a população e para a economia do país.

Assim sendo, o primeiro capítulo do estudo visa discorrer sobre a revisão histórica da moeda. No segundo capítulo, contextualiza o tema da moeda social. No terceiro capítulo, o tema da moeda local e bancos comunitários será aprofundado, utilizando dois casos conhecidos. Este último capítulo ainda traz uma análise da importância das moedas locais para o desenvolvimento das comunidades, com exemplos reais de melhorias socioeconômicas durante sua utilização e, em seguida, a conclusão.

1. A MOEDA NO MUNDO E NO BRASIL

Neste capítulo será mostrado como a moeda exerce papel central na economia mundial e brasileira. Para tanto, será contada a história do papel moeda, desde a China Antiga, quando seu uso

se dava pela necessidade de facilitar transações comerciais, até a evolução desse papel moeda não apenas como um meio de troca, mas como reserva de valor e unidade de conta essencial.

Destaca-se, nesse capítulo, que a moeda é diretamente influenciada tanto pelos avanços econômicos e tecnológicos, como pelas mudanças sociais e políticas ao longo da história. No caso brasileiro, o papel moeda está intrinsecamente atrelado à configuração da economia nacional, desde as primeiras emissões da moeda, na era colonial, a contemporaneidade e seus desafios econômicos. Por meio da história do papel moeda e sua evolução, é possível vislumbrar que as mudanças e transformações inerentes ao mundo e aos seres humanos, vêm moldando não somente a paisagem monetária, como, principalmente, as relações sociais e as estratégias político-econômicas ao longo do tempo.

1.1 A HISTÓRIA DO PAPEL MOEDA

De acordo com Vasconcellos e Enriquez Garcia (2017), a moeda é um instrumento ou objeto amplamente aceito pela coletividade para facilitar transações econômicas, efetuar pagamentos de bens e serviços, com aceitação respaldada por lei e sujeita a curso forçado. As principais funções da moeda são desempenhadas como meio de troca, unidade de medida monetária e reserva de valor.

Em sua forma atual, a moeda é um componente essencial e muitas vezes subestimado do cenário econômico global. Ao longo dos séculos, sua trajetória tem sido muito mais do que a mera evolução de um meio de troca. Ele se tornou um reflexo da complexidade das relações econômicas, um marcador de mudanças sociais e um motor para inovações tecnológicas. Seu avanço está diretamente ligado à evolução das sociedades, refletindo mudanças na percepção de valor, no comércio internacional, e até mesmo no papel do Estado na regulação econômica.

As origens do papel moeda remontam a uma necessidade fundamental nas sociedades humanas: facilitar as trocas comerciais. A China, com suas dinastias antigas, surge como um dos primeiros registros históricos desse conceito. O uso de promissórias em papel facilitou transações, proporcionando uma alternativa mais prática e eficiente ao comércio baseado apenas em metais preciosos (Rossetti, 1997). Nesse cenário, os comerciantes reconheceram a necessidade de um meio mais prático para realizar transações.

Assim, as promissórias em papel surgiram como uma solução inovadora,

representando promessas de pagamento e proporcionando uma alternativa mais leve e fácil de transportar em comparação com moedas metálicas. Essas promissórias em papel não apenas simplificaram as transações, mas também facilitaram o comércio a longas distâncias. Os comerciantes podiam transportar documentos representando valor, eliminando a necessidade de carregar grandes quantidades de metais preciosos. Esse avanço não só impulsionou o comércio interno chinês, mas também estimulou as relações comerciais ao longo das Rotas da Seda e além.

O uso bem-sucedido das promissórias em papel na China lançou as bases para o desenvolvimento futuro do papel moeda. A aceitação generalizada desses documentos provou que a confiança nas representações de valor em papel era possível. Esse entendimento, fundamentado nas necessidades práticas do comércio, serviu como catalisador para o próximo estágio evolutivo: a criação do papel moeda como o conhecemos. Elas marcaram uma transição significativa na compreensão do valor, contribuindo para a ascensão de uma economia monetária mais sofisticada. O comércio floresceu, as fronteiras comerciais se expandiram, e a confiança no papel como meio de troca se solidificou.

Lopes (2002) ressalta que as moedas-mercadoria não são capazes de atender plenamente a todas as funções de uma moeda, sendo a reserva de valor em particular dificultada por sua baixa durabilidade, indivisibilidade e desafios no transporte.

Além disso, Lopes (2002) também destaca que o transporte de ouro e prata era difícil na antiguidade, sendo carregados em sacos com balanças para transações comerciais. Isso levou ao surgimento das primeiras moedas há cerca de 2500 anos, com inscrições de peso, valor, nome, desenhos ou legendas de governantes, e formato não completamente redondo, com brasão em apenas um lado.

Devido a dificuldades no transporte das moedas e risco de roubo, Lopes (2002) destaca a solução para o problema: as moedas eram deixadas sob custódia de pessoas de confiança, que as guardavam em locais seguros. Os proprietários recebiam recibos (moeda-papel) e podiam recuperar suas moedas posteriormente. Esses locais de guarda foram chamados de casas de custódia.

A aceitação global do papel moeda não foi apenas uma evolução econômica, mas também uma transformação política e social. De acordo com Santiago (2013), nas cidades europeias medievais, as casas de câmbio e os bancos começaram a emitir seus próprios

bilhetes, antecipando o que viria a ser a criação de moedas nacionais e, finalmente, de sistemas bancários centrais.

A difusão global do papel moeda foi moldada por uma interseção complexa de fatores econômicos, políticos e sociais. A necessidade de facilitar transações comerciais em um mundo em expansão, o crescimento das atividades bancárias e a emergência de Estados centralizados foram elementos cruciais que impulsionaram essa aceitação.

A introdução e adoção do papel moeda não apenas transformaram as práticas comerciais, mas também moldaram as estruturas econômicas locais. A liquidez proporcionada pelo papel moeda permitiu um aumento na atividade econômica, impulsionando o comércio interno e externo.

Conforme observado por Villar (1981), a moeda apresenta diversas facetas e pode ser categorizada como moeda-objeto, moeda-signo e moeda-nominal, diferenciando-se em termos conceituais. A moeda-objeto representa um valor intrínseco, como o ouro, enquanto a moeda fiduciária, exemplificada pelo papel-moeda em circulação atualmente, não possui valor intrínseco. Por fim, a moeda-nominal é considerada apenas um meio de troca.

Ao longo da história da humanidade, é sabido que a moeda sofreu alterações e passou por etapas, desde os primórdios, quando o uso de mercadorias era a principal forma de troca de valor, até a criação de moedas de metal. De acordo com Anesi (2017), porém, durante os séculos XVII e XIX o Estado começou a emitir moedas, refletindo a necessidade do Estado-nação de afirmar sua soberania. Esta transição da troca de mercadorias para o uso de moedas, ocorreu gradativamente, com o objetivo de evitar o caos generalizado na sociedade e, principalmente, no comércio.

Esse conceito, uma inovação em si mesma, se espalhou gradualmente pelo mundo, adaptando-se às distintas necessidades de cada cultura. Na Europa, por exemplo, a transição do comércio feudal para o renascimento comercial trouxe consigo novas formas de representar valor em papel, marcando um ponto de virada nas práticas econômicas globais.

O papel moeda não é apenas uma representação física do valor, ele é um agente ativo nas mudanças sociais e tecnológicas. A sua introdução e evolução moldaram as relações entre os indivíduos e as instituições. O advento de tecnologias modernas, como sistemas bancários eletrônicos e criptomoedas, desafia continuamente a concepção tradicional da moeda, exigindo adaptações e inovações constantes.

1.2 CONTEXTO BRASILEIRO

Ao aprofundar nossa análise, é crucial considerar como o papel moeda se insere na rica tapeçaria econômica brasileira. Desde os primórdios da colonização, a questão monetária foi um desafio constante, com diferentes moedas circulando e as primeiras experiências de emissão de papel moeda sendo moldadas pela necessidade de facilitar o comércio interno e externo.

O Brasil testemunhou transformações significativas na natureza do papel moeda ao longo dos anos, desde as emissões coloniais até a criação do Banco Central do Brasil no século XX. Cada período da história brasileira trouxe consigo desafios únicos, desde a instabilidade econômica até as tentativas de equilibrar as necessidades de financiamento do Estado com a manutenção da estabilidade monetária.

Nos primeiros dias do Brasil colonial, as trocas ocorriam predominantemente através do escambo e do uso de moedas estrangeiras, principalmente de Portugal e da Espanha. A introdução do papel moeda ocorreu em meio às crescentes demandas comerciais e à necessidade de uma forma mais prática de facilitar transações (Galante, 2009).

A transição para a República, em 1889, trouxe consigo mudanças significativas no sistema monetário brasileiro. A diversificação das cédulas e a descentralização da emissão foram características marcantes desse período. Diversos bancos, públicos e privados, passaram a emitir suas próprias cédulas, criando um cenário de pluralidade de meios de pagamento.

Com a independência do Brasil em 1822, o país embarcou em uma era imperial que testemunhou a criação de sua própria moeda, o mil-réis. Esse período viu a expansão do sistema bancário, com a criação do primeiro Banco do Brasil em 1808, o que influenciou a emissão de papel moeda para atender às crescentes necessidades do comércio e da administração pública (Galante, 2009), além de financiar as despesas do Estado brasileiro, conforme relatado por Cavalcanti (1893). Para atingir esse objetivo, adotou-se a emissão de notas lastreadas em reservas metálicas, que serviriam como meio de troca nas transações comerciais.

Essa abordagem, em escala proposta, era inovadora no contexto brasileiro. Contudo, devido às limitações das reservas metálicas brasileiras e à forte pressão política do Estado em busca de financiamento (Franco, 1979), o Banco do Brasil passou a emitir notas em

quantidades que excediam as reservas que as respaldavam. Isso caracterizava um lastro "flexível", indicando que não se restringia estritamente às reservas de ouro e prata da instituição.

O século XX trouxe consigo desafios econômicos, incluindo períodos de elevada inflação. Em resposta, em 1964, foi criado o Banco Central do Brasil (BCB), consolidando a autoridade monetária e buscando a estabilização econômica.

A implementação do Plano Real em 1994 obteve um marco crucial na estabilização do papel moeda, atrelando-o à moeda norte-americana e introduzindo a nova moeda, o Real, demonstrando como políticas monetárias eficazes podem impactar positivamente a vida dos cidadãos.

[...]as funções básicas da moeda, não só a irrecusabilidade de seu poder liberatório, mas também a adoção como unidade de conta universal, para todas as transações econômicas internas, como ainda a de ser reserva de valor. Todas as unidades que o antecederam (o cruzeiro, o cruzeiro novo, o cruzado, o novo cruzado, o novo cruzeiro e o cruzeiro real) deixaram de exercer essas funções, pela falta de disciplina em suas emissões e pela inexistência ou deterioração de uma âncora de referência (Lopes e Rossetti, 2005, p. 43)

A relação entre inflação e papel moeda é uma consideração constante. Durante os períodos de elevada inflação no Brasil, a desvalorização rápida do papel moeda afetou diretamente o poder de compra dos cidadãos. A estabilidade de preços tornou-se uma prioridade, e as políticas adotadas para controlar a inflação influenciaram diretamente a confiança na moeda fiduciária.

Além disso, a moeda também desempenha um papel na distribuição de riqueza e na criação ou ampliação de disparidades econômicas. Sobre isso, se faz nítido perceber que a democratização do acesso ao papel moeda, promovida pela inclusão financeira, pode ser um catalisador para a redução da desigualdade, permitindo que um maior número de pessoas participe plenamente da economia.

A introdução e evolução do papel moeda no Brasil influenciaram não apenas as práticas econômicas, mas também as dinâmicas sociais. O papel moeda facilitou a expansão do comércio, incentivou a poupança e influenciou as escolhas de investimento. Ao mesmo tempo, suas flutuações e desafios históricos moldaram as mentalidades em relação à estabilidade financeira, com implicações diretas na confiança da população no sistema monetário.

No século XXI, novamente o Brasil enfrenta novos desafios econômicos, incluindo os primeiros debates sobre o uso de moedas digitais e a busca por maior eficiência nas transações financeiras. Esse ponto enfatiza como a história do papel moeda no Brasil reflete não apenas os marcos históricos, mas também a constante adaptação às mudanças tecnológicas e econômicas globais.

É também um desafio para a economia do país a adaptação à digitalização da economia, no que se refere ao uso e ascensão das criptomoedas. Nesse sentido, observa-se que o papel moeda, apesar de sua longa história, agora convive com novas formas de representação de valor. Decerto que a adaptação a essas mudanças é crucial para garantir que o papel moeda continue a desempenhar um papel central nas interações econômicas e sociais.

No que se refere à segurança da moeda, desde as primeiras emissões até os dias atuais, o papel moeda enfrentou ameaças à sua integridade, que variam desde falsificações habilidosas até a necessidade de incorporar inovações tecnológicas para manter sua relevância e segurança. Portanto, a incorporação de características de segurança tornou-se uma estratégia fundamental para proteger o papel moeda. Marcas d'água, microimpressões, fios de segurança e elementos ópticos são algumas das características que foram implementadas para autenticar as cédulas (Freitas, 2021). No Brasil, a busca por inovações na produção e impressão de dinheiro tem sido uma constante, com o intuito de garantir a confiança dos cidadãos na moeda fiduciária. Isso ocorre porque um dos desafios mais persistentes ao papel moeda ao longo da história foi a ameaça da falsificação. Desde os primeiros dias de sua introdução, a habilidade de copiar ou alterar cédulas representava uma ameaça constante à estabilidade financeira. No Brasil, como em muitos outros lugares, a falsificação foi uma preocupação significativa em diferentes períodos históricos, levando à implementação de técnicas mais avançadas de produção e segurança (Freitas, 2021).

A era digital trouxe consigo novos desafios e oportunidades para o papel moeda. A ascensão de transações eletrônicas e moedas digitais representa uma mudança nas preferências e comportamentos financeiros. O papel moeda, portanto, enfrenta o desafio de permanecer relevante em um mundo cada vez mais digital, mantendo-se seguro e resistente a tentativas de fraude.

Além dos desafios tradicionais, a sustentabilidade tornou-se uma consideração crucial na produção de papel moeda. A busca por métodos mais eco-friendly e a exploração de

materiais inovadores fazem parte dos esforços para reduzir o impacto ambiental da produção de dinheiro em papel.

O dinheiro como conhecemos hoje não é, necessariamente, feito de papel moeda. Conforme visto, o dinheiro digital é uma realidade. Nesse sentido, é justamente por sua natureza mutável, que varia de acordo com a época e o lugar, que não há um consenso universal a respeito do dinheiro, mesmo sendo ele utilizado há muito tempo e no dia-a-dia das pessoas, e essencial para o funcionamento da economia moderna.

Quando se aborda o assunto dinheiro, para além do papel moeda, entende-se que, apesar da falta de consenso, ele pode ser definido pelas funções que desempenha, sendo três as principais abordagens para sua caracterização, de acordo com McLeay, Radia e Thomas (2014):

- 1) Reserva de valor. É esperado que se mantenha seu valor de maneira razoavelmente previsível ao longo do tempo;
- 2) Unidade de conta: Quando bens e serviços são precificados, por exemplo, em menus, contratos ou etiquetas de preço. Nas economias modernas, a unidade de conta geralmente é uma moeda, como o real, no Brasil, e a libra esterlina no Reino Unido;
- 3) Meio de troca: Algo que as pessoas possuem porque planejam trocá-lo por outra coisa, em vez de querer o bem em si..

Importante ressaltar que essas funções estão intimamente ligadas entre si, um ativo é menos útil como meio de troca, por exemplo, se não for uma boa reserva de valor, ou seja, se não valer tanto amanhã.

A análise do impacto econômico e social do papel moeda brasileira revela uma narrativa intrincada, onde esse meio de troca transcende sua função aparentemente simples e se entrelaça com as complexidades da vida cotidiana.

É sabido que a estabilidade econômica é um pilar crucial para o desenvolvimento de qualquer nação e, por assim ser, o papel moeda desempenha um papel fundamental nesse cenário. Ao longo da história brasileira, períodos de elevada inflação e instabilidade monetária revelam como a confiança no papel moeda pode ser um fator decisivo para a saúde econômica.

2. HISTÓRICO DA MOEDA LOCAL

O presente capítulo busca explorar a evolução e o impacto das moedas locais ou sociais na economia, dando destaque ao seu surgimento histórico e seu papel na atualidade. Dessa forma, desenvolveu-se o conceito de dinheiro, apontando suas principais funções como meio de pagamento, reserva de valor e meio de troca, conforme descrito por Soares (2006). Em seguida, o texto contextualiza o surgimento das moedas locais a partir de ideias socialistas no século XIX, resultado do experimento pioneiro da moeda complementar "Wörglauer" durante a Grande Depressão de 1932 na Áustria, uma iniciativa bem-sucedida para estimular a economia local. Esse exemplo serve de palco para que se possa explorar, por meio do texto bibliográfico, as vantagens apresentadas pelas moedas locais na promoção do desenvolvimento econômico regional, tais quais a criação de uma identidade econômica distinta, o estímulo ao emprego e o fortalecimento da economia local.

Neste capítulo são também discutidos os principais desafios e acertos na implementação das moedas locais, em conjunto com outros mecanismos econômicos como microcréditos, cooperativas e serviços bancários convencionais, conforme proposto por Kennedy, Lietaer e Rogers (2012).

2.1 EXPERIMENTO ECONÔMICO

O dinheiro, como é conhecido hoje, marcou um importante momento histórico, social e econômico. Nesse sentido, Soares (2006, p. 108) complementa que

Quando existem obrigações a serem saudadas, o dinheiro desempenha o papel de torná-las quantificáveis e pagáveis (meio de pagamento); quando bens são guardados como tesouro ou para uso futuro se conforma como reserva de valor quando se utilizam mecanismos de equivalência, o dinheiro ressalta-se como padrão de valor; e, quando existirem sistemas de mercado formadores de preços, o dinheiro será identificado basicamente como meio de troca. Ou seja, o dinheiro foi se modificando junto com as outras transformações sociais, servindo ora de agente integrador de certos valores, ora transformador de valores antigos.

São, justamente, as transformações sociais, caminhos para o surgimento das moedas locais, também conhecidas como moedas sociais ou solidárias.

Singer (2002) diz que, apesar de não ter surgido, especificamente, nessa época, foi a partir das ideias socialistas que permeavam os trabalhadores do séc. XIX que criou-se o

embrião da economia solidária. Mas foi no ano de 1932, durante a Grande Depressão, período que acarretou forte crise econômica global, que surgiu a primeira moeda solidária, ou local.

O então prefeito da cidade de Wörgl, na Áustria, teve a iniciativa de criar a primeira moeda local, como forma de combater a escassez da moeda oficial do país e combater o desemprego. Michael Unterguggenberger introduziu, então, a moeda complementar local, conhecida como "Wörglauer".

À princípio, o projeto foi introduzido para que a nova moeda perdesse seu valor com o tempo, e assim, dessa forma, as pessoas se sentissem incentivadas a gastá-la rapidamente, criando rápida circulação monetária e melhoria na economia local.

De acordo com Lietaer, Belgin e Dunne (2012), no entanto, o projeto se tornou tão bem-sucedido, com quedas significativas na taxa de desemprego local, que as autoridades monetárias da Áustria proibiram sua circulação, sob a alegação de que seria uma ameaça tanto ao sistema monetário convencional do país, quanto ao controle do banco central sobre a oferta de dinheiro.

Ainda que tenha sido extinta no ano seguinte, em 1933, o experimento econômico foi um importante marco na história das moedas sociais no mundo e demonstrou o grande potencial das moedas complementares na promoção do desenvolvimento econômico local, principalmente frente aos desafios socioeconômicos em períodos de crise.

De acordo com Kennedy, Lietaer e Rogers (2012), algumas moedas locais tiveram início como sistemas locais pequenos e crescem para atender a uma área maior em resposta à demanda ao longo do tempo, como o caso de Chiemgauer na Alemanha. Outras já foram pensadas para atender a uma grande parcela da população desde sua criação, como o exemplo do Banco WIR na Suíça.

O WIR, que teve sua base de criação no experimento austríaco de 1932, é o único experimento de moeda local dos anos 1930 que se mantém até a atualidade e foi de extrema importância ao longo dos anos, tanto nos períodos de crescimento, quanto nos de recessão na economia nacional suíça (Kennedy, Lietaer e Rogers, 2012).

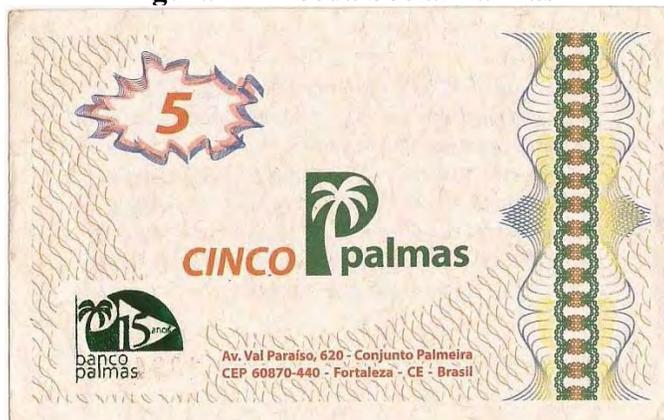
A moeda local pode ser pensada a partir de uma visão onde o mundo se apresenta de forma mais fragmentada e não tão homogênea, e essa visão, de acordo com Kennedy, Lietaer e Rogers (2012), pode ser bastante atrativa porque representa uma espécie de contrapeso ao imenso poder das corporações multinacionais e dos mercados financeiros internacionais.

Assim sendo, os aspectos negativos de um mundo globalizado se contrapõem ao aspecto de se ter uma identidade econômica regional distinta. Além da real sensação de se quebrar o paradigma do sistema monetário atual, que retira o capital das regiões onde é gerado e o leva para os locais onde renderão o maior lucro, a moeda local pode ser uma fonte geradora de empregos, fortalecendo a economia local, mantendo sua própria liquidez. Não somente isso, mas também pode trazer como benefícios o estímulo econômico ao invés de estagnação, a estabilização ou crescimento da população, o aumento do poder de compra regional e, conseqüentemente, uma melhoria nas finanças municipais, identificação positiva e otimista com a região, melhorias na infraestrutura e aumento da autonomia local em vez da venda de serviços públicos para interesses extra-regionais, maior senso, entre a população local, de ter voz nas decisões, de poder assumir e exercer responsabilidade pelo seu destino e desenvolvimento, além da preservação e do desenvolvimento de oportunidades de emprego e incentivos para que as empresas permaneçam na região .

2.2 INTEGRAÇÃO COM OUTROS MECANISMOS

No que se refere à moeda em si, ou o papel que a representa, em alguns sistemas locais elas são impressas com marcos locais, características naturais ou personalidades históricas, o que, conforme citado, tem o potencial de gerar um significativo senso de identidade entre seus usuários, vide figura 1:

Figura 1 - Moeda Social Palmas



Fonte: Instituto Banco Palmas

É entendido na literatura que as moedas locais amplificam seu poder e benefícios de

ferramenta econômica, quando integradas a outros mecanismos, como os microcréditos, as cooperativas, as empresas sociais e até mesmo com serviços bancários convencionais. Sobre isso, Kennedy, Lietaer e Rogers (2012).afirmam que a moeda local, apesar de necessária, nem sempre é suficiente para o desenvolvimento regional sustentável. A partir de alguns estudos, os autores propõem que uma abordagem equilibrada de moeda dupla, utilizando tanto a moeda nacional quanto a local, seja a forma mais eficaz de atuação entre os sistemas econômicos regionais e os maiores.

3. AS MOEDAS SOCIAIS NO BRASIL

O capítulo 3 se aprofunda no impacto das moedas sociais brasileiras, contextualizando os Bancos Comunitários como meios de introdução e sustentação dessas iniciativas, sendo atores indispensáveis para a implementação e manutenção das moedas locais.. Aqui, são analisados os benefícios das moedas sociais no país, principalmente no que se refere à inclusão financeira e ao fortalecimento das economias locais.

No presente capítulo, ainda, destacam-se os casos reais da Moeda Social Palmas, pioneira no Brasil, e suas sucessoras, as Moedas Mumbuca e Araribóia.

3.1 TRAJETÓRIA DAS MOEDAS LOCAIS

As moedas locais estão intrinsecamente ligadas à economia solidária, que se desenvolveu, no Brasil, a partir da articulação de alguns atores sociais, como o Fórum Social Mundial (FSM), ocorrido em 2001 na cidade de Porto Alegre, RS. Esse Fórum foi o embrião para as ideias da criação de uma economia solidária, representada oficialmente por meio da formação do Grupo de Trabalho de Economia Solidária. Como um círculo virtuoso, esse grupo culminou, no III FSM, paralelamente à criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, cujo objetivo seria “difundir e fomentar a economia solidária em todo o Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária” (Singer, 2004, p.4).

É longa a trajetória da economia solidária na América Latina, que se iniciou por volta

de 1980, junto com o trabalho pioneiro do sociólogo chileno Luis Razeto¹. De acordo com Singer (2010), a abordagem da economia solidária na A.L. se difere da anglo-saxônica por ser mais politicamente engajada, podendo ir além dos modelos usuais capitalistas, para um modelo mais colaborativo e solidário no que se refere aos processos envolvidos (produção, distribuição, consumo, acumulação e desenvolvimento).

As moedas locais, por sua vez, têm desempenhado papel na dinâmica financeira e social do país, desde os primórdios da história econômica do Brasil. Sua existência é resultado de uma complexa interação de fatores históricos, sociais e econômicos que moldaram a realidade brasileira ao longo dos séculos. Neste texto, exploraremos a trajetória das moedas locais no Brasil, desde sua origem até seu impacto na economia contemporânea.

Ao longo da nossa trajetória, testemunhamos e participamos de transformações profundas de várias escalas, originadas principalmente dos progressos tecnológicos vivenciados por toda a sociedade. Esses avanços são capazes de alterar não apenas a nossa realidade, mas também as formas de interação e trabalho, modificando assim os processos econômicos e educacionais, influenciando a estrutura das cidades e causando impactos intensos nas comunidades.

Neste cenário, a Revolução Industrial se destaca como um agente de mudanças significativas no campo do trabalho, que conseguiu reestruturar a gestão e os processos produtivos (Nascimento; Kremer; Benini, 2018), trazendo consequências sociais e econômicas, principalmente para os trabalhadores. Estes buscaram ferramentas e mecanismos para enfrentar as adversidades sociais, como a exclusão social e financeira - esta última estando diretamente associada ao que Oliveira *et al.* (2018, p. 455) chamariam de “empobrecimento de territórios” -, a precarização do trabalho, a falta de recursos e a fome.

Fica evidente, portanto, que tais transformações geram efeitos, impactos e potenciais problemáticos de ordem ambiental, social e econômica, gerando inúmeros desafios no âmbito socioeconômico, principalmente quando se trata da valorização do trabalho e da dignidade humana.

¹ Luis Razeto é renomado sociólogo chileno famoso por suas contribuições teóricas e práticas para o campo da economia solidária na América Latina. Em sua perspectiva, a economia solidária é um modelo econômico e social alternativo que pode ir além da mera redistribuição de riqueza ou assistência social e ter como princípios fundamentais de organização econômica a promoção da autogestão, cooperação e solidariedade, sendo, portanto, controladas democraticamente pelos próprios trabalhadores e membros da comunidade.

3.2 BENEFÍCIOS DAS MOEDAS SOCIAIS BRASILEIRAS

A partir de uma perspectiva nacional, algo notável é a desigualdade de concentração de renda no Brasil, considerando inclusive que a ideia da naturalidade da pobreza ganha certa projeção, sendo que “a responsabilidade pelos problemas decorrentes da pobreza passa a recair sobre os sujeitos que se encontram nessa condição” (Mostagi *et al.*, 2019, p. 113).

Ressalta-se, portanto, considerando essa questão em particular, a relevância do desenvolvimento local, apropriando-se do princípio de “que é no espaço regional que se pode fazer a diferença, por meio de contribuições efetivas para um maior equilíbrio econômico, social e ambiental, estabelecendo maior proximidade entre os atores e simetria nas relações” (Sachs, 2006, *apud* Mostagi *et al.*, 2019, p. 11).

Nesse cenário, é prudente e valioso destacar a constituição da economia solidária - ainda no início do século XIX - como um instrumento de confrontação à realidade do desemprego e da pobreza gerada pelo capitalismo industrial, além de atuar como um meio de se exercer a autonomia e a gestão da produção por parte desses trabalhadores, conforme destacado por Singer (2002), fazendo referência à autogestão - uma das características fundamentais dos empreendimentos econômicos solidários.

A SENAES define economia solidária como:

[...] um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. [...] vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão (SENAES, 2003 *apud* Pandeló, 2010)

Singer (2002) ainda buscava - no início deste século XXI - caracterizar a economia solidária como um modo de produção que se baseia, essencialmente, em atividades e iniciativas econômicas que visam preservar o caráter coletivo, a liberdade e a autogestão como modo de administração, constituída de potencial para promover a igualdade e a solidariedade na concepção deste autor.

A moeda social é uma forma de moeda complementar criada e administrada pelos próprios membros da comunidade, sendo sua emissão originada no âmbito privado da economia. Ela opera de forma paralela à moeda nacional, podendo até mesmo complementá-la ou substituí-la, proporcionando assim um meio eficaz de transação dentro de uma comunidade (Soares, 2011).

Não há uma ligação obrigatória com a moeda nacional, e sua circulação se baseia na confiança mútua dos participantes, que aderem voluntariamente ao grupo (Soares, 2009). Ela também desempenha um papel crucial na promoção de uma economia local vibrante, por meio da oferta de uma alternativa valiosa para trocas de produtos e serviços e da redefinição dos padrões de atividade econômica.

A proposta da moeda social desafia conceitos enraizados no pensamento capitalista, como a necessidade de acumulação para investimento e a importância da escala para transformação (Soares, 2006). Sua introdução demanda inovações, como novos modelos de crédito e poupança, que impulsionem a produção e o desenvolvimento de capacidades para prestação de serviços.

Nas comunidades que adotam moedas sociais, como destacado por Blanc (2011), essas são reconhecidas como instrumentos de fortalecimento social e local. Os Bancos Comunitários as denominam como moedas sociais circulantes locais, enfatizando seu caráter de promoção do bem-estar comunitário e sua origem descentralizada.

A introdução de moedas sociais tem o potencial de acelerar a circulação do dinheiro local e, conseqüentemente, aumentar a renda na região (Maturana, Costa e Kohler, 2018). Além de promover o desenvolvimento econômico endógeno, seu uso contínuo e aceitação fortalece os laços sociais, baseados na confiança e na reciprocidade.

Freire (2009) destaca que as moedas sociais introduzem uma nova tecnologia para o autofinanciamento e o desenvolvimento territorial ou setorial endógeno, oferecendo uma ferramenta estruturada para atender às necessidades de capital e crescimento futuro.

Soares (2011) ressalta que a confiança mútua é fundamental para o funcionamento das moedas sociais, já que sua emissão e aceitação dependem exclusivamente da confiança entre os membros do grupo. A solidariedade emerge como o agente legitimador dessa forma de economia.

Por sua vez, a moeda social atua como um meio para promover o comércio local e a

coesão comunitária (Sebrae, 2012). Ao fortalecer os laços sociais e fomentar o empreendedorismo local, ela gera um sentimento de pertencimento e incentiva o consumo de produtos locais.

Albuquerque (2003) destaca que a moeda social é uma ferramenta de confiança utilizada por grupos que exercem funções de avaliação e circulação dentro de uma comunidade. Seus princípios fundamentais incluem a democracia participativa, a continuidade, a confiança e a promoção do bem-estar econômico.

Para garantir a confiança nas moedas sociais, Marra, Bôas e Vono (2022) argumentam que é necessário um agente legitimador, sendo a solidariedade o principal fator para sua aceitação e sucesso. Lisboa e Faustino (2006) sugerem que o uso de moedas sociais pode interromper o ciclo de pobreza e miséria, estimulando a produção e a circulação de riquezas nas comunidades locais. Nesse sentido, Pupo (2024, p.69) afirma que

Os bancos comunitários são organizações locais que têm como base a economia solidária, capazes de acolher as demandas dos lugares onde estão inseridos, criando suas políticas de crédito ou não creditícias a partir das necessidades locais. Utilizam um instrumento monetário que é a moeda local de papel, e recentemente alguns bancos passaram a utilizar uma plataforma digital, a plataforma E-Dinheiro, que oferece serviços digitais, entre eles a troca monetária (Pupo, 2024, p. 66).

Nesse sentido, o eixo de inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria, iniciativa do governo federal brasileiro lançada em 2011 com o objetivo de enfrentar a extrema pobreza no país, pode contar com a entrada dos bancos comunitários no circuito, como uma política de combate à extrema pobreza. Hoje, de acordo com o Instituto Banco Palmas (2024), existem 103 Bancos Comunitários na Rede Brasileira, denominadas como organizações da sociedade civil (OSC), sem fins lucrativos e autosustentáveis, que oferecem micro créditos e estimulam a economia local.

3.3 BANCOS COMUNITÁRIOS COMO MEIOS PARA AS MOEDAS LOCAIS

Ainda que tenha sido adaptado para a natureza comunitária, os Bancos Comunitários operam com crédito e correspondente bancário, exigindo grande capacidade de gestão no que se refere, principalmente, ao controle contábil e monetário. De acordo com Pupo (2018), para que possam existir, eles precisam estar inseridos em algumas diretrizes, tais quais:

- 1) Atuar com duas linhas de crédito: uma em reais e outra em moeda social circulante local;
- 2) Estimular, por meio de linhas de crédito, a criação de uma rede local de produção e consumo;
- 3) Promover o desenvolvimento endógeno do território;
- 4) Apoiar os empreendimentos com estratégia de comercialização como: feiras, lojas solidárias, central de comercialização, dentre outras possibilidades;
- 5) Atuar em territórios caracterizados pelo alto grau de exclusão e desigualdade social;
- 6) Volta-se para um público com alto grau de vulnerabilidade social, sobretudo aqueles beneficiários de programas sociais governamentais de políticas compensatórias;
- 7) Fundar sua sustentabilidade financeira, em curto prazo, na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas.

Além disso, existe um ciclo de funcionamento, conforme mostrado na figura 2.

Figura 2 - Produtos e ações de um Banco Comunitário



Fonte: Instituto Banco Palmas, 2024.

Explicando a figura acima, a palavra "prosumatores" se refere ao termo que combina "produtores" e "consumidores", e é utilizado para descrever indivíduos que não apenas consomem bens e serviços, mas também participam ativamente na sua criação, modificação e distribuição. Tal conceito é especialmente relevante no contexto da economia digital e das redes sociais, onde as barreiras entre produção e consumo se tornam mais fluidas.

Numa rápida análise da Figura 2, é notado que os bancos comunitários desempenham um papel crucial no desenvolvimento econômico e social das comunidades locais, uma vez que operam com um ciclo de produtos e ações que beneficiam diretamente os membros da comunidade. Esse ciclo de produtos e ações oferecidos, que contempla desde o envolvimento inicial até a oferta de crédito produtivo e para consumo, fundo solidário e microseguro, pode vir a culminar em uma comunidade local mais fortalecida e autossuficiente, pois os prosumatores beneficiados por essas iniciativas tornam-se capacitados para contribuir com maior efetividade para a economia local. Isso gera um ciclo virtuoso de produção, consumo e desenvolvimento sustentável.

Vê-se, portanto, que as moedas sociais tendem a estimular o consumo local, internalizando a receita e promovendo o desenvolvimento econômico sustentável (Nascimento, 2019). Embora existam desafios, como a gestão em comunidades maiores, a confiança mútua e a solidariedade continuam sendo os pilares dessas iniciativas (Soares, 2011).

Os bancos comunitários desempenham um papel fundamental na introdução e circulação das moedas locais. Essas instituições financeiras, muitas vezes criadas e geridas pelas próprias comunidades, atuam como intermediárias na emissão e troca das moedas locais. Além disso, oferecem serviços bancários básicos, como poupança e empréstimos, para os membros da comunidade.

A regulamentação dos bancos comunitários no Brasil é realizada pelo Banco Central, e outras entidades governamentais, com o objetivo de garantir a segurança e a integridade das operações financeiras. Nesse sentido, as principais leis e portarias são 1) Lei Complementar nº 130/2009 (Brasil, 2009), que regulamenta o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e inclui as cooperativas de crédito, nas quais os bancos comunitários frequentemente se enquadram; 2). Resolução CMN nº 4.454/2015 (Banco Central do Brasil,

2015), que estabelece condições para a autorização de funcionamento, regulação e supervisão de cooperativas de crédito, mediante requisitos específicos sobre capital mínimo, governança e operações permitidas; 3) Resolução CMN nº 3.856/2010 (Banco Central do Brasil, 2015), que prevê a regulamentação da criação e funcionamento de cooperativas de microcrédito e bancos comunitários, além de especificar condições para a concessão de microcrédito produtivo orientado e como esses devem atuar em áreas de baixo desenvolvimento econômico; 5) Circular Bacen nº 3.380/2008 (Banco Central do Brasil, 2022), que define os critérios operacionais, limites de crédito e requisitos de supervisão para a concessão de microcrédito e operações de microfinanças, onde se incluem os bancos comunitários; 6) Instrução Normativa STN nº 1/2015 (Câmara dos Deputados, 2015), que institui os procedimentos para maior transparência e auditorias das operações de crédito, como regulamentação da prestação de contas e fiscalização das atividades dos bancos comunitários que utilizam recursos públicos, e inúmeras outras normas e procedimentos estaduais.

Embora existam desafios regulatórios e burocráticos, muitos bancos comunitários têm obtido sucesso em operar de forma eficiente e transparente, contribuindo para o desenvolvimento econômico local.

Até o momento de pesquisa e construção do presente trabalho, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento não possuíam personalidade jurídica própria, sendo majoritariamente constituídos por associações sem fins lucrativos, por não haver nenhum marco jurídico específico que os regulamentasse. Porém, foi aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 4.476/23, que estabelece um marco regulatório para as moedas sociais que circulam em municípios do país, reconhecendo e legitimando a circulação dessas moedas em comunidades específicas (Taboas, 2023).

Caminha e Figueiredo (2011) destacam que um banco comunitário visa, essencialmente:

[...] fomentar a economia local através de microcrédito para produção e para o consumo local, sem consultas cadastrais, comprovação de renda ou outras restrições impostas pelas instituições convencionais; uma economia baseada somente na confiança e no conceito do cliente perante os demais moradores, uma medida da própria rede de trocas da economia solidária (Caminha; Figueiredo, 2011, p. 119).

É importante destacar que as moedas locais não visam substituir a moeda nacional, mas sim complementá-la. Enquanto a moeda nacional continua a ser a principal unidade de troca e reserva de valor em todo o país, as moedas locais preenchem lacunas específicas em determinadas comunidades, promovendo o desenvolvimento econômico e a inclusão financeira.

Interessante se faz ressaltar que, a partir da Lei nº 12.865/2013, novas instituições de pagamento puderam integrar o sistema de pagamento brasileiro e regularizar o uso de moedas eletrônicas. Essa iniciativa permitiu que os Bancos Comunitários também aderisse às moedas digitais, a exemplo do E-Dinheiro, plataforma hoje utilizada como meio de autossustentabilidade financeira dos bancos comunitários digitais. A vantagem desse tipo de moeda é o fato de não se restringirem a uma área específica de uso, como ocorre com as cédulas em papel. Além disso, o usuário pode realizar o pagamento de boletos, comprar créditos para recarga de celular e realizar transferências entre as contas e bancos digitais, sem custo operacional. De acordo com Pupo (2024), a taxa transacionada estabelecida é de 2%, onde 1% é destinado para a manutenção e funcionamento da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC), e 1% para o Banco Comunitário em que o usuário é cadastrado, permitindo, inclusive, que os bancos comunitários locais gerem seus próprios fundos.

Há, porém, uma diferenciação na aceitação dos meios de pagamentos digitais dos bancos comunitários. De acordo com Pupo (2024, p.67),

Na região Nordeste, onde estão 44% dos bancos comunitários existentes, 58% utilizam moeda de papel, indicando uma certa resistência ao uso da moeda digital. O motivo que mais aparece para a não aceitação da plataforma digital é a falta de capacitação da RBBC para fazer uso dela. Esta sensação, apontada por 40% dos bancos ainda não digitalizados, pode ser explicada pela falta de apoio de políticas públicas federais que, em um período anterior, anteviam a capacitação dos gestores dos bancos comunitários através de entidades executoras, que majoritariamente eram bancos comunitários fortalecidos, como é o caso dos bancos representados pelos coordenadores da RBBC.

No ano de 2012 houve a primeira tentativa de digitalizar a moeda social, porém, pelos altos custos cobrados pela operadora de celular, que detinha a tecnologia necessária, o projeto não foi viabilizado. Serviu, porém, como experiência para a criação do Palmas Lab, Laboratório de produção tecnológica e conhecimento para os bancos comunitários, fruto da insatisfação do Banco Comunitário Palmas com a unilateralidade das universidades no que

se refere às pesquisas conduzidas (Pupo, 2022).

A partir do ano de 2016, por meio da plataforma digital E-dinheiro, OSC criada pelo Banco Palmas dois anos antes, teve início o uso das moedas sociais digitais que, na verdade, são arranjos de pagamentos restritos, com base em contas pré-pagas, que não fazem parte do Sistema de Pagamentos Brasileiros (SPB), sob o respaldo da Lei 12.865 do BACEN (Instituto E-Dinheiro, 2022).

O Banco Palmas foi o precursor das moedas sociais brasileiras, com a criação da moeda Palmas, há mais de 20 anos, em Fortaleza, no Ceará. Desde então, o conceito se espalhou pelo Brasil, com mais de 100 moedas sociais atualmente em circulação, conforme comentado anteriormente. Elas suprem uma falha de mercado relacionada à falta de circulação de dinheiro em comunidades onde os grandes bancos não chegam, incentivando o consumo local e a retenção de riqueza dentro da comunidade.

Em 1998, surgiu o Banco Palmas no Conjunto Palmeira, uma favela com mais de 30 mil habitantes em Fortaleza, Ceará. Seu propósito inicial era oferecer microfinanciamento produtivo, estabelecer uma rede solidária entre produtores e consumidores e gerar oportunidades de emprego nas áreas circundantes (Mance, 2003). Dois anos depois, em 2000, o Banco Palmas deu origem ao Clube de Trocas Palmares como uma resposta à escassez de demanda enfrentada pelos beneficiários do microfinanciamento.

Contudo, um obstáculo significativo surgiu para o Clube de Trocas atingir suas metas: a fome associada à pobreza. A necessidade mais premente da comunidade era a alimentação básica, mas o mercado oferecia principalmente artesanato e comida gourmet, transformando o clube de trocas em mais um "encontro entre amigos" (Soares, 2006, p.189).

Para abordar essa questão de forma sustentável e acessível, preservando a qualidade de vida dos moradores, o Banco Palmas implementou uma série de iniciativas, incluindo uma escola de capacitação, uma incubadora para mulheres em situação de vulnerabilidade, um laboratório agrícola urbano, um clube de trocas de roupas, uma moeda local em circulação em lojas comunitárias, um sistema de feiras com produtores locais e uma loja solidária (Nascimento, 2011).

Diante desse cenário, em 2004, nasceu a Palma, uma moeda social, com o objetivo de transformar toda a comunidade em um grande clube de trocas. A influência política das associações de moradores, diretamente ligadas aos bancos locais, foi fundamental para a

ampla aceitação das moedas sociais na região (Singer, 2002). Inicialmente, o valor da Palma equivalia ao do Real, estabelecendo uma taxa de câmbio de 1 para 1.

Outro exemplo é. do município de Maricá, na região metropolitana do Rio de Janeiro, onde. encontra-se o Banco Comunitário Mumbuca, que abriga o maior programa de Renda Básica do mundo. Esse programa beneficia mais de 14 mil famílias do município, garantindo um auxílio inicial de R\$ 130,00 por mês. Além disso, o Banco Mumbuca conta com mais de 5.500 empreendimentos comunitários cadastrados, os quais aceitam sua moeda social, o Mumbuca. Anualmente, essa moeda circula cerca de R\$ 30.000.000 na comunidade, fortalecendo a rede de consumo e produção local e impulsionando a economia municipal (Scarranella, 2020).

A moeda social Araribóia também é um exemplo de moeda social comunitária, introduzida no Município de Niterói, no Rio de Janeiro, em 2022, tendo sido oficialmente lançada em dezembro de 2021. Por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SMASES), foi iniciada uma política permanente de transferência de renda, denominado Programa Moeda Social Arariboia.

A Araribóia foi inspirada em experiências de sucesso em outros municípios, principalmente o programa de Renda Básica da Cidadania de Maricá-RJ. Para seu pleno funcionamento, foi estabelecido como benefício familiar, através do artigo 17 da Lei nº 3.621/2021, o valor inicial de 90 arariboias, com correção anual baseada no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Foi estabelecido também o limite de seis beneficiários por família e todas as famílias contempladas (27 mil no total, no início do programa) precisavam, necessariamente, estar em situação de vulnerabilidade social. Essa manobra, de acordo com a Prefeitura de Niterói (2021), injetou 70 milhões de reais /ano no Município.

Muitos autores, como Ramos, Pereira e Soares Jr. (2022), afirmam que as moedas sociais são instrumentos estratégicos para reduzir a desigualdade social e movimentar os recursos financeiros, por meio da economia solidária. Assim sendo, será mostrado, nos subcapítulos seguintes, detalhes da criação de três moedas sociais para, no próximo capítulo, ser conduzida uma análise qualitativa das 3 experiências de moedas abordadas.

3.4 A MOEDA SOCIAL PALMAS

A Palmas é pioneira como a primeira moeda social adotada por bancos comunitários no Brasil, servindo de inspiração para a formação da rede nacional de bancos comunitários.

A moeda Palmas representa a evolução da primeira versão, a moeda Palmares, originalmente utilizada pelo Banco Palmas em um clube de trocas organizado para os moradores da comunidade no final dos anos 1990. Nessas feiras semanais realizadas nas dependências do Banco Palmas, os moradores se reuniam com o objetivo de trocar produtos e serviços, levando consigo uma variedade de itens para troca. A moeda Palmares desempenhava o papel de facilitar essas transações.

De acordo com Rigo (2017), a concepção desse clube de trocas, assim como outros no território brasileiro, foi inspirada pela experiência ocorrida na Argentina. Os moradores perceberam que muitas pessoas produziam uma variedade de itens, enquanto necessitavam de outros tantos. Diante dessa constatação, decidiram criar seu próprio meio de pagamento e de troca, uma vez que a maioria não dispunha da moeda oficial para adquirir o que precisava.

Na época, o nome Palmares foi escolhido com grande significado, em referência ao principal quilombo do Brasil. A moeda Palmares, utilizada exclusivamente durante os encontros do clube de trocas, foi concebida e impressa nas dependências do Banco Palmas, sem medidas de segurança contra falsificações, visto que, ao término de cada evento, os produtores e consumidores devolviam as moedas recebidas por seus produtos e serviços.

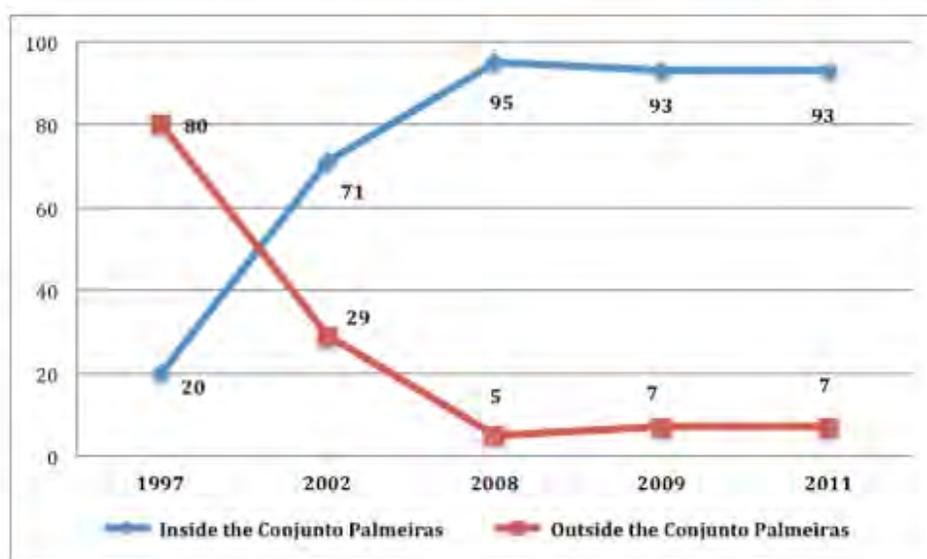
Após aproximadamente sete meses, as questões levantadas em torno do clube de trocas e sua diminuição de participação motivaram a criação de uma nova moeda, refletindo uma abordagem inovadora. Durante os encontros do clube de trocas, começou a se evidenciar uma discrepância entre a oferta e a demanda por alimentos, causando inquietação entre os participantes. Enquanto a maioria levava vestuário e artesanato para trocar, a procura principal era por produtos alimentícios. Além disso, a dificuldade em determinar os valores dos itens levados para troca gerava insatisfação. (Instituto Banco Palmas, 2012).

Porém, a partir de 1999, o setor de operações de comunicação da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) e do Banco Palmas desenvolveram a campanha "Compre no bairro, é mais emprego" com o objetivo de internalizar o consumo, principal objetivo do Banco Palmas. Nos anos seguintes, houve aumento gradual das compras no território pela população local e aumento de 93% das compras realizadas dentro do bairro,

registrado em 2011, mostrando alinhamento entre a estratégia geral de desenvolvimento endógeno definida pelo Banco Palmas e o uso da moeda como ferramenta para mobilização territorial (Fare, Freitas e Meyer, 2013).

No gráfico 1, é mostrada essa evolução.

Gráfico 1 - Internalização gradual do consumo no Conjunto Palmeiras (em %)



Fonte: Melo (2021) *apud* Fare, Freitas e Meyer, 2013.

Na lógica capitalista, com as moedas em circulação, as pessoas poderiam pagar seus empréstimos com baixo índice de inadimplência, gerando uma carteira de crédito saudável, que poderia ser vendida a um banco convencional. Porém, o método de bônus fomento foi trazido pelos grupos STRO e Ajuda ao Desenvolvimento da Comissão de Coordenação Interchurch (ICCO) para melhor funcionamento dessa moeda complementar no Conjunto Palmeiras. Dessa forma, de acordo com Pupo (2022), na construção de empreendimentos no território, assim como no próprio Banco Palmas, os trabalhadores e funcionários eram pagos já com a moeda local, dando início à sua circulação.

Dessa forma, foi concebida a moeda Palmas em 2002, como uma alternativa para ampliar o escopo das trocas para todo o bairro, funcionando de forma contínua. No entanto, para viabilizar essa ideia, foram implementados mecanismos de segurança na confecção da moeda, visando garantir sua aceitação pelos comerciantes locais. O Banco Palmas, já estabelecido no território desde 1998, optou pelo nome "Palmas" devido à sua associação

com a vegetação nativa do local, mantendo a conexão com seus projetos preexistentes.

Segundo Rigo (2017), a nova moeda foi equipada com quatro mecanismos de segurança: números de série registrados, marca d'água para dificultar falsificações, código de barras e marcação para leitura ultravioleta. Essas medidas foram essenciais não apenas para evitar a falsificação, mas também para assegurar a aceitação da moeda pelos comerciantes locais. Outro aspecto relevante foi a implementação do sistema de lastro, garantindo que cada unidade da moeda social em circulação correspondesse a um valor equivalente em reais nos cofres do Banco Palmas ou em uma conta bancária específica. Isso proporcionou segurança tanto aos comerciantes quanto aos usuários.

Inicialmente, apenas dois empreendimentos no Conjunto Palmeira aceitavam a Palmas. No entanto, à medida que outros estabelecimentos perceberam o aumento do movimento nesses locais, também aderiram à moeda. Atualmente, conforme registros do Banco Palmas, cerca de 240 estabelecimentos na área e nos arredores aceitam a Palmas. Além da segurança proporcionada pelo lastro e pela confiabilidade da moeda, foi crucial empregar diversos mecanismos de sensibilização para convencer comerciantes e moradores sobre a importância do uso da moeda social para a comunidade.

O Banco Palmas adotou uma variedade de estratégias de comunicação e sensibilização para promover a aceitação e a circulação da moeda. Essas iniciativas incluíram vídeos, literatura de cordel, músicas, peças teatrais e até mesmo uma fotonovela envolvendo moradores locais. O objetivo era educar a comunidade sobre temas como economia solidária, consumo local e uso da moeda social, entre outros. Vale ressaltar que essas ações de comunicação não se limitaram ao uso da moeda, mas abrangeram todas as atividades do Banco Palmas, incluindo suas linhas de microcrédito e o uso do Palma Card (Rigo, 2017).

O autor Rigo (2017) conta que o foco principal era sensibilizar os comerciantes para aceitarem a moeda e incentivar os residentes a realizarem suas compras localmente. Esse processo evidencia uma preocupação com a dimensão da educação política, visando promover uma mudança gradual na cultura política local.

Rigo (2017) mostra que após uma análise dos registros sobre as emissões e o uso da moeda Palmas para transações no território ao longo dos últimos anos, constatamos que em janeiro de 2012 circulavam aproximadamente 40 mil Palmas no bairro. Esse volume tem sido considerado suficiente pelo Banco Palmas desde 2009 até os dias atuais. A introdução

gradual da moeda na comunidade foi realizada por meio de diversas estratégias, como empréstimos para consumo em Palmas (até 600 Palmas), parte da remuneração dos membros do banco paga em Palmas (10%) e oferta de Palmas por algumas entidades parceiras locais. Além disso, qualquer pessoa pode trocar reais por Palmas nos caixas do banco comunitário, sendo incentivada pelo desconto de 5% oferecido por alguns comerciantes nas compras com a moeda social.

Entre 2005 e 2009, observou-se um notável aumento no volume de Palmas lançado na comunidade. Por exemplo, apenas sob a forma de empréstimos, o volume aumentou de 10 mil Palmas em 2006 para 25 mil em 2008 e alcançou 36 mil em 2009 (Instituto Banco Palmas, 2012). Levando-se em consideração que 1 Palma equivale ao mesmo valor, em real, nota-se crescimento real durante o período.

Um dos principais motivos que levaram os moradores a adotar a nova moeda foi a preocupação em apoiar o comércio local, conforme destacado pela pesquisa de Silva Júnior (2008). Os resultados dessa avaliação demonstraram os efeitos positivos das iniciativas de sensibilização promovidas pelo Banco Palmas quanto ao uso da moeda, além de evidenciar seu alto grau de aceitação entre comerciantes e moradores, que reconheciam claramente o papel da moeda social e seus potenciais efeitos benéficos para o território

No ano de 2014, líderes do Conjunto Palmeiras, Banco Palmas e outros profissionais da área de bancos comunitários, criaram uma forma de consolidar as ações promovidas até então pelo Instituto Banco Palmas, por meio da criação de uma ONG denominada Instituto Banco da Periferia (Kumasaka *et al.*, 2022), com o intuito de facilitar aos moradores de baixa renda daquele território, o acesso a serviços financeiros. Dessa forma, o Instituto Banco Palmas tornou-se pioneiro, no país, na criação de uma metodologia própria, replicando a metodologia de bancos comunitários em outros locais, trazendo inovação e impacto em nível local.

Porém, nos anos de 2015 e 2017, o Banco Palmas entrou em confrontos com o Banco Central porque não havia, ainda, o entendimento, por parte do governo brasileiro, de que não era um novo dinheiro sendo criado, mas sim uma moeda complementar à moeda nacional (Kumasaka *et al.*, 2022). Nesse sentido, foram dois os processos jurídicos contra o Banco Palmas, pelo Banco Central que, de acordo com o Instituto Banco Palmas (2018), tiveram início porque o Banco Palmas incomodava ao oferecer crédito para os empreendimentos dos

produtores locais em reais e crédito para os consumidores em moeda social palmas, sem juros, por configurar um "modelo de resistência e de luta contra o sistema financeiro" (Instituto Palmas, 2018, p. 3).

Não por acaso o Banco Central tentou, pela via jurídica, acabar logo cedo com essa iniciativa surgida nos grotões do Nordeste, região sempre ignorada pelos poderes econômicos de um país onde quase a metade dos brasileiros não tem acesso a conta bancária. Em 2003 o Banco Palmas ganha na justiça o direito de continuar sua jornada (Instituto Banco Palmas, 2018, p.3).

Finalmente, as atividades do Banco de Palmas foram legitimadas pelo Banco Central, por não configurarem crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, e seu papel no desenvolvimento econômico e social, devidamente reconhecido.

A trajetória da difusão da metodologia do Banco Palmas pode ser vista na figura 3:

Figura 3 - Linha cronológica dos principais fatos na difusão da metodologia do Banco Palmas



De acordo com o estudo conduzido pela Universidade Federal do Ceará em 2008, o impacto do Banco Palmas no Conjunto Palmeira se dá a partir da percepção dos beneficiários entrevistados, onde 90% afirmam que, por meio da implantação do Banco Palmas, melhoraram sua qualidade de vida, sendo que dessas, 25% conseguiram emprego no bairro, 23% abriram seu próprio negócio e 20% conseguiram trabalho por meio de ações realizadas pelo Banco (NESOL-USP, 2023).

Por meio da construção de uma metodologia própria, o Banco Palmas tornou-se um facilitador na criação de outros bancos comunitários, o que evidencia que é possível e economicamente viável a transformação social de forma capilar e escalável.

Porém, apesar de seu grande crescimento e da disponibilização de inúmeros serviços, como o Palmatech, Balcão de Empregos e Clube de Trocas com Moeda Local Social Circulante, e das empresas agregadas, como a Palmart, PalmaFashion, PalmaLimpe, PalmaNatus, PalmaCuros, Elas e PalmasLab, o Banco Palmas tem como maior desafio hoje manter a circulação da economia local, uma vez que a utilização do cartão PalmaCard pelos beneficiários é majoritariamente direcionada para a compra de alimentos em grandes redes de atacado, sem nenhuma relação com a rede solidária existente (Maciel e Maciel, 2017).

3.5 A MOEDA SOCIAL MUMBUCA

A moeda Mumbuca foi criada no ano de 2013 no município de Maricá, estado do Rio de Janeiro, por meio da Lei municipal 2.448 de 26/07/2013 e é considerada a primeira Moeda Social Municipal “Digital” do Brasil. Seu modo de funcionamento é por meio de um cartão de débito entregue a cada família participante, com o valor já disponível em Mumbucas, para que as famílias possam fazer compras.

Por sua localização em frente a um grande campo de produção de petróleo e gás natural, Maricá recebe, desde o ano de 2015, *royalties* de petróleo. Além disso, o Município tem um histórico de aproximação com a temática dos bancos comunitários e das finanças solidárias desde a experiência em Silva Jardim², tendo também como base o caso do Banco

² O município de Silva Jardim, no estado do Rio de Janeiro, teve o segundo BCD criado por lei municipal, o

Palmas (Silva e Pereira, 2022). A diferença talvez se dê no fato de a experiência com o Banco Palmas ter sido iniciativa pela própria população, enquanto no caso da Mumbuca, uma iniciativa para a população.

Por assim ser, no ano de 2013 a Prefeitura de Maricá criou o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social (PMEPS) de Maricá, cujo objetivo era o de "combater as desigualdades sociais e potencializar o uso de recursos públicos para a geração de trabalho e renda no município" (Silva e Pereira, 2022, p. 172). Nesse contexto, foi criado o Banco Comunitário Popular Mumbuca, responsável por operacionalizar a moeda social mumbuca (M\$) e delineado um fundo para o custeio operacional do Banco Mumbuca.

Nessa perspectiva, o Banco Mumbuca foi criado para ser o agente de operacionalização das políticas sociais no município, em uma dimensão ampliada de parceria, sendo também o principal meio de injeção de moeda social em circulação. A ação de maior vulto nessa estratégia consistia no programa Renda Mínima Mumbuca (RMM), uma política de transferência de renda via moeda social, a fim de que os recursos circulassem localmente e estimulassem os empreendimentos locais (Silva e Pereira, 2022, p. 172).

No início do Programa RMM, o pagamento mensal às famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal foi estipulado em R\$ 70,00 (valor equivalente à moeda Mumbuca - M\$). À época, mais de 3.500 famílias se cadastraram e uma média de 400 famílias foram contempladas.

Com o sucesso da operação, no ano de 2015 o valor passou a ser de M\$85,00 por família, com o respaldo da Lei 2.652/2015. Paralelamente, foram criados os programas Renda Mínima Gestante, com benefício no mesmo valor, e Renda Mínima Jovem Solidário, no valor de M\$ 100, 00. Além disso, entraram no programa famílias com renda de até três salários mínimos, ao invés de um salário.

Uma das dificuldades iniciais, porém, foi a falta de circulação da moeda. Dentro do formato estabelecido inicialmente, o beneficiário realizava suas compras no comércio local e o banco transferia o valor, em reais, para a conta do comerciante. Dessa forma, mesmo com

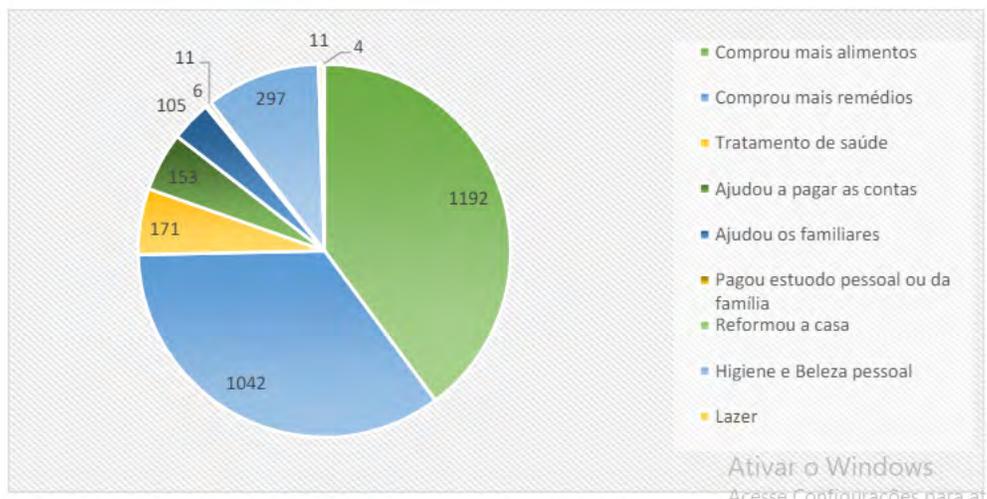
Banco Capivari, via Lei no 1.502/2010. Mas, apesar dessa iniciativa ter trazido um arranjo social denso em torno do projeto, além de inovações operacionais importantes ao território, como compra direta de agricultores locais para a distribuição de cestas básicas e a criação de uma linha de transporte urbano, foi encerrada em 2013 porque o novo prefeito eleito não quis dar continuidade (Silva e Pereira, 2022).

o alto volume de recursos, a circulação da moeda parava no momento em que o beneficiário utilizava seu cartão de débito no comércio local (Faria, 2018).

No ano de 2017, o valor teve novo aumento e passou para M\$ 110,00 por família e, com o advento da pandemia da COVID-19, o valor distribuído aos beneficiários passou a ser de até M\$ 300,00. À partir do ano 2022, no entanto, sob o respaldo da Lei Municipal nº 3.153, de 4 maio de 2022, o valor passou a ser de 200 mumbucas (Prefeitura de Maricá, 2023).

De acordo com o Instituto E-Dinheiro (2019), o impacto para a população de Maricá se dá no âmbito da alimentação, em primeiro lugar. Desde sua criação, a moeda digital Mumbuca permitiu que as famílias beneficiárias tivessem mais acesso às compras de mercado e itens de alimentos, e também medicamentos, conforme gráfico 2.

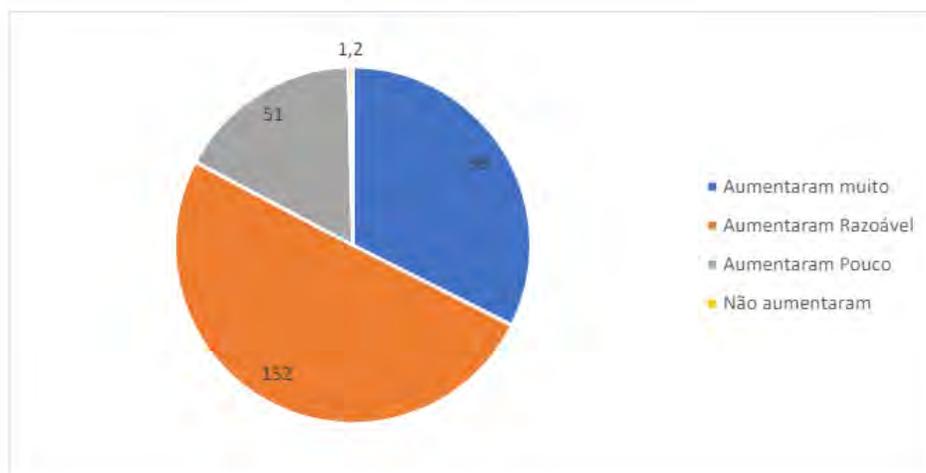
Gráfico 2 - Principais melhorias para a população com o Cartão Mumbuca



Fonte: Instituto E-Dinheiro, 2019

Quando se analisa o impacto para os comerciantes, a percepção é de que as vendas aumentaram de razoável à significativamente, conforme gráfico 3:

Gráfico 3 - Vendas após a inserção do Cartão Mumbuca.

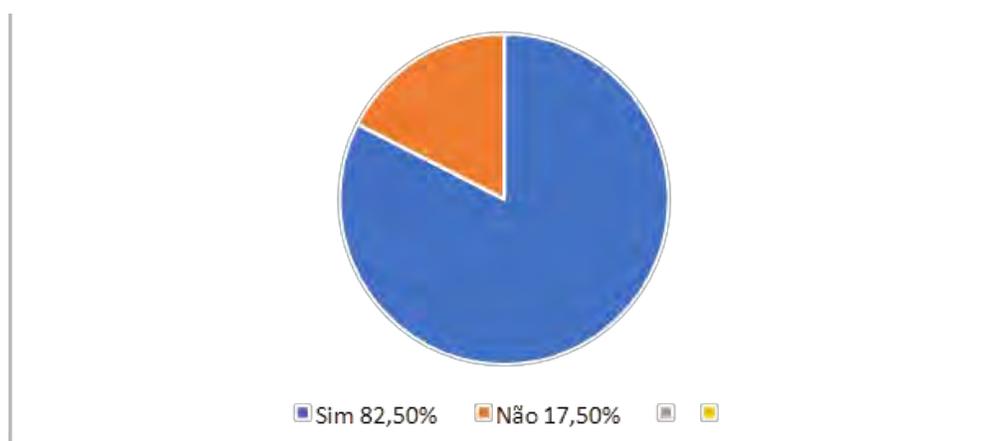


Fonte: Souza, Amaral e Cruz, 2024.

De acordo com Carvalho (2022), o negócio local teve significativo aumento nas vendas após a introdução da Mumbuca, mais pessoas foram contratadas para trabalharem e muitos negócios passaram por ampliações, tanto em seu estoque, como em seu espaço físico, evidenciando um novo ciclo econômico positivo por meio do impulso no consumo local, geração de empregos, incentivo a expansões empresariais e fortalecimento da economia comunitária como um todo.

Nesse sentido, de acordo com a percepção da população, houve aumento do consumo no território e, por consequência, maior movimentação da economia, conforme gráfico 4.

Gráfico 4 - Circulação da moeda Mumbuca e movimentação da economia



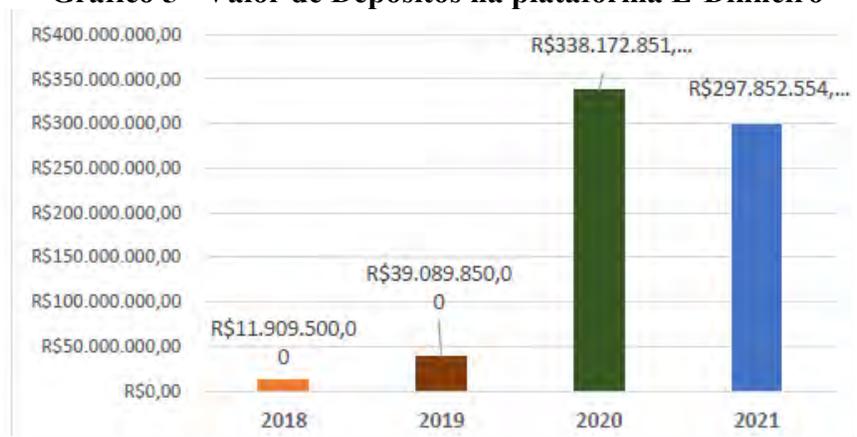
Fonte: Souza, Amaral e Cruz, 2024.

O gráfico acima foi baseado em entrevista com a população local, cuja pergunta foi "a circulação da moeda Mumbucamovimentou a economia, gerando crescimento no consumo

dentro do Município?"

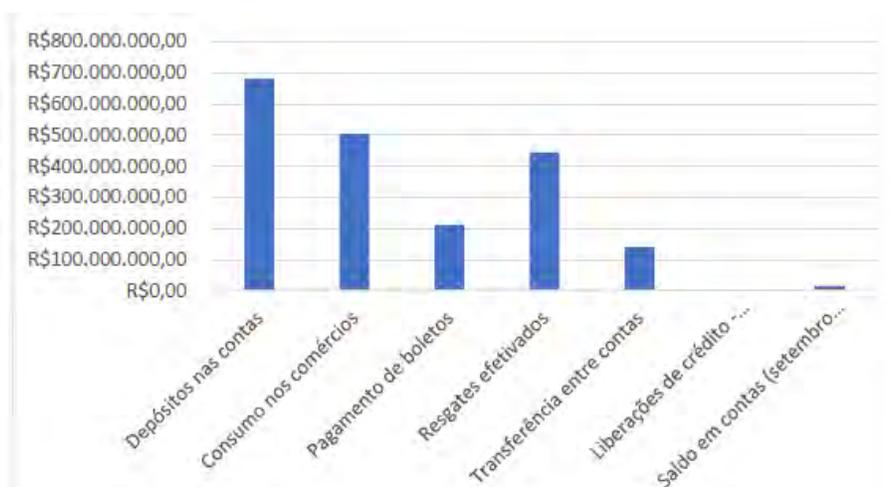
Entre 2018 e 2021, foram depositados R\$ 680 milhões nas contas digitais na plataforma E-dinheiro, movimentando 2 bilhões de reais, conforme mostrado nos gráficos 5 e 6:

Gráfico 5 - Valor de Depósitos na plataforma E-Dinheiro



Fonte: E-Dinheiro, 2019

Gráfico 6 - Movimento em Mumbuca E-dinheiro -2018 a Set 20201



Fonte: E-Dinheiro, 2019

Para Bateman e Teixeira (2022), uma rápida análise da história econômica mostra que muitas iniciativas anteriores de moeda local falharam devido à falta de vontade da comunidade local de realmente usar uma moeda local em volumes suficientes. Nesse sentido, a crescente aceitação e uso da moeda Mumbuca se caracteriza como importante desenvolvimento em termos da sustentabilidade do Modelo Maricá.

De fato, o modelo Maricá pode ser considerado um fintech centrado nas pessoas, uma vez que torna possível o uso de aplicativos fintech básicos diretamente para promover o bem comum, e não para gerar lucro. Com essa forma de abordagem, se faz possível uma abordagem mais eficaz à pobreza local e aumento da desigualdade, além da promoção do desenvolvimento sustentável de empresas locais, ampliação da justiça social através da retenção e reinvestimento da riqueza com base na comunidade, melhorando, assim, a participação democrática na vida econômica do território (Bateman e Teixeira, 2022).

3.6 A MOEDA SOCIAL ARARIBOIA

No ano de 2021 foi anunciado pelo então Prefeito da cidade de Niterói, no Rio de Janeiro, uma proposta para estabelecer o programa Arariboia para enfrentar os desafios econômicos causados pela pandemia do COVID-19. O principal objetivo do programa era aliviar a extrema pobreza no município, fornecendo transferências de dinheiro para pessoas que vivem em regiões de maior desigualdade socioeconômica. Esse programa foi projetado para ser um programa contínuo de transferência de renda, com o objetivo de fomentar a circulação local de benefícios públicos, gerar oportunidades de emprego e preservar a riqueza gerada dentro da área, com investimento de . cerca de 1,35 milhão de dólares (5,6 milhões de reais) por mês para beneficiar 27.000 famílias pela Prefeitura de Niterói. Para que o programa pudesse se desenvolver, foi necessário o envolvimento de várias secretarias e órgãos públicos e a criação de um banco municipal e um fundo social para gerenciar os recursos financeiros do Arariboia. Com isso, objetivava-se aumentar o registro formal de empresas comerciais e reduzir as desigualdades regionais no município. Atualmente, o valor médio mensal disponibilizado para as famílias é de 450 arariboias, podendo alcançar até 823 arariboias em casos específicos, representando um investimento total de mais de 16 milhões de reais em benefícios sociais. (Prefeitura de Niterói, 2021).

O Arariboia é administrado pelo Instituto E-Dinheiro, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que atua como uma fintech³ para bancos comunitários

³ Fintech é uma abreviação de "tecnologia financeira" e refere-se a empresas que utilizam tecnologia para fornecer serviços financeiros de maneira inovadora e eficiente. Elas costumam buscar soluções inovadoras para desafios tradicionais do setor financeiro, muitas vezes aproveitando avanços em áreas como inteligência artificial, big data, *blockchain* e outras tecnologias emergentes e oferecem uma ampla variedade de serviços financeiros, que podem incluir pagamentos digitais, empréstimos *peer-to-peer* (P2P), gestão de investimentos,

operarem moedas comunitárias em seus territórios. A parceria entre o E-Dinheiro e o município de Niterói foi estabelecida no acordo de colaboração publicado no diário Oficial, em 18 de setembro de 2020 (Niterói, 2020).

A Moeda Social Arariboia é totalmente digital e a sua circulação é feita por meio de cartão com tecnologia NFC (Near Field Communication) e por meio do aplicativo E-Dinheiro Social, um arranjo de pagamentos que funciona de forma on-line em aparelhos com sistema operacional Android ou iOS. A operacionalização da moeda, de responsabilidade do Banco Comunitário Arariboia, ocorre mediante a distribuição de cartões magnéticos para famílias beneficiárias e o cadastramento de comerciantes e prestadores de serviços. O benefício só pode ser utilizado em empreendimentos que aceitem arariboias e, portanto, que estejam cadastrados junto ao Instituto E-dinheiro (Fernandes *et al.*; 2023, p. 95).

Conforme visto, o Instituto E-Dinheiro foi fundado pelo Banco Palmas, em conjunto com outros bancos inseridos em uma rede nacional de bancos comunitários.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social de bairros e municípios, capacitando, empoderando e implementando instrumentos de finanças sociais, economia criativa, economia solidária e desenvolvimento sustentável, o Instituto E-Dinheiro desenvolveu uma plataforma de pagamento digital que atualmente é utilizada por 48 bancos comunitários em 17 estados brasileiros. De acordo com Apolinário (2021), essa manobra facilita o processo de geração e distribuição de trabalho, ocupação e renda, tendo no desenvolvimento local sua estratégia.

Essa plataforma tecnológica também é adotada por outras prefeituras e bancos comunitários em diferentes estados do Brasil, permitindo diversas transações, como empréstimos, transferências e comercialização de bens e serviços na moeda social. A experiência do banco comunitário Mumbuca em Maricá, município vizinho, serviu como inspiração para o Arariboia (Oliveira, Sanches e Gonzalez, 2022).

De acordo com Oliveira, Sanches e Gonzalez (2022), a implementação do banco comunitário Arariboia, que adota uma moeda social como base de suas operações, marcou uma mudança significativa nas políticas de transferência de renda em Niterói durante a pandemia e de retomada econômica para o crescimento da cidade no pós-pandemia. A parceria entre o setor público e organizações não governamentais, aliada à experiência de

financiamento coletivo (*crowdfunding*), seguros digitais, gestão financeira pessoal, dentre outras possibilidades.

Maricá, com a moeda social Mumbuca, facilitou a implementação desse modelo. A Arariboia começou suas operações em junho de 2021, atendendo mais de 30 mil famílias inscritas no Cadastro Único de Niterói.

Segundo o Relatório da Subsecretaria de Economia Solidária de Niterói, o Circuito Arariboia de Feiras, realizado em 2022, contou com 216 feiras espalhadas pela cidade, movimentando mais de dois milhões de reais com o escoamento da produção local. Ainda, em agosto de 2023, a moeda social arariboia atingiu o valor de R\$ 200 milhões de reais em circulação na cidade.

No ano de 2021, em apenas um mês, o Arariboia foi responsável pela injeção de 9 milhões de reais na economia de Niterói, por meio de 130 mil transações em 2.400 estabelecimentos comerciais credenciados. Diante do sucesso inicial, o município anunciou que expandiria o programa Arariboia para o montante de 135 milhões de reais por ano. Até o final de 2021, o município já havia ampliado a base de beneficiários, com o intuito de fortalecer a economia de Niterói (A Tribuna, 2021).

Mediante forte aceitação da população e largo crescimento, em 2022 a cidade de Niterói anunciou a expansão do programa Arariboia, ideia votada e aprovada no parlamento municipal. A proposta incluía o aumento do valor mensal para 250 Arariboias para os (as) chefes de família, além de 90 Arariboias para cada membro familiar, com o limite de cinco pessoas adicionais por núcleo familiar. Dessa forma, considerando uma família de seis pessoas, o beneficiário poderia receber até 700 Arariboias mensalmente. Além da mudança nos valores, houve também a inserção de 4 mil novas famílias no programa, alcançando o total de 31 mil famílias beneficiadas naquele ano (O Dia, 2022).

No gráfico 5, se pode conferir alguns dos resultados alcançados pelo município de Niterói desde a criação da moeda social Arariboia e ações de economia solidária.

Gráfico 5 - Potencial produtivo e raio de atuação da moeda social Arariboia.

INDICADOR	POLARIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA	UNIDADE DE MEDIDA	META 2022	META REALIZADA 2021	STATUS
Empreendimentos aptos a receber a Moeda Social Arariboia	▲	63 (2021)	Unidade	500	5.326	✓
Empreendimentos de economia solidária no município	▲	523 (2021)	Unidade	700	851	✓
Feiras apoiadas pelo Circuito Arariboia de Economia Solidária	▲	4 (2021)	Unidade	5	232	✓
Taxa de Centros Públicos de Referência de economia solidária por 100 mil habitantes	▲	0,40 (2021)	Unidade por 100 mil habitantes	0,60	0,38	✗
Taxa de variação de empreendimentos de economia solidária no município	▲	0 (2020)	Percentual	5	138 (variação de 38%)	✓
Trabalhadores que atuam com materiais recicláveis apoiados pela Casa do Catador	▲	0 (2021)	Unidade	20	0	✗

Fonte: Niterói, 2022

Além de oferecer assistência financeira, a Moeda Social Arariboia representa uma abordagem inovadora para lidar com questões de desigualdade e pobreza, buscando promover a dignidade humana e reduzir a disparidade social. Ao fornecer acesso a recursos financeiros adicionais, o programa visa construir uma sociedade mais justa e inclusiva, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar geral das comunidades vulneráveis em Niterói, o que corrobora, teoricamente, com o pensamento de Razeto e Singer.

4 - ANÁLISE COMPARATIVA DAS TRÊS MOEDAS SOCIAIS

De acordo com o pesquisado até aqui, entende-se que há características e funções distintas entre a moeda nacional (emitida pelo Estado) e a moeda social (complementar e frequentemente comunitária). No quadro 1, destaca-se as principais diferenças entre elas, no que se refere às funções econômicas, impacto social e direito legal.

Quadro 1 - Quadro comparativo entre moeda nacional e moeda social

National Money (Moeda Nacional)	Social Money (Moeda Social)
(1) Moeda fiduciária legal.	(1) Complementar à moeda fiduciária legal.
(2) Moeda de curso legal e valor de quitação integral assegurado por lei.	(2) Não cumpre todas as funções das moedas de curso legal => meio de troca.
(3) Garantida e monopolizada pelo estado.	(3) Ninguém é (nem pode ser) obrigado a aceitar uma moeda social ou participar de um sistema de moeda social.
(4) Relacionada com Finanças Públicas - Dívida Pública (Direito Público).	(4) Lei dos Contratos e Lei das Obrigações (Direito Privado).
(5) 95% são dinheiro bancário PRIVADO	(5) RECIPROCIDADE, MUTUALISMO (Propriedade Comunitária).
- Depósitos bancários	- Propriedade comunitária
- Juros compostos	
- Crescimento exponencial	
(6) Exclusão social	(6) Inclusão social => a atividade do sistema deve funcionar de maneira contracíclica.
- Pessoas não bancarizadas	- Nível de emprego na economia formal
- Custo do crédito	- Política monetária
- Concentração financeira	

Fonte: Adaptado de Freire, 2011.

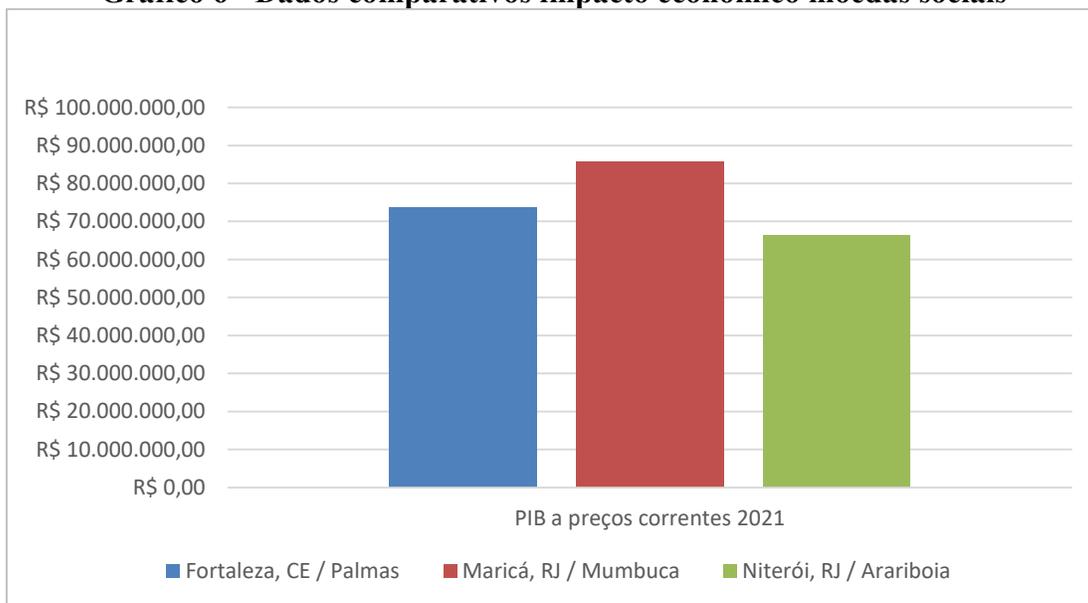
Interessante observar as informações peculiares à cada iniciativa aqui apresentada. Em relação à cidade de Maricá, entre janeiro e junho de 2020, houve aumento de 0,28% em vagas de emprego formais e, somente no mês de junho do mesmo ano, foram registradas 150 admissões a mais que demissões (Gandra, 2023).

No município de Maricá, o programa da moeda Mumbuca foi também responsável por ajuda a manter a economia circulando durante a pandemia do COVID-19. Nos meses de maio e abril de 2020, quando fora registrado uma queda de 30% na arrecadação de ICMS e ISS no estado do Rio de Janeiro, houve um crescimento de 15% no município de Maricá. Concomitantemente, entre janeiro e maio do mesmo ano, houve uma queda de apenas 0,4% nos postos de trabalho com carteira assinada no município, enquanto que, no Estado, houve queda de 164.226 vagas (Carvalho, 2022).

No que se refere ao Programa Moeda Social Arariboia, entre 2021 e 2023, de acordo com dados da Cidade de Niterói (2023), foram realizadas R\$ 200 milhões em transações na cidade e houve aumento de 2,5 milhões de reais por meio de compras locais em moeda

Arariboia, em 6 mil estabelecimentos. Além disso, houve um significativo aumento na participação de Niterói no brasileiro, passando de 0,54% em 2020 para 0,74% em 2021, tornando-se a décima terceira cidade que mais contribuiu no PIB do país (Cidade de Niterói, 2023).

Gráfico 6 - Dados comparativos impacto econômico moedas sociais



Fonte: Elaboração da autora, com base em dados do IBGE(2024) / Niterói (2022)

Os dados obtidos para a composição do gráfico mostram detalhes do PIB em milhares de reais dos municípios onde as moedas sociais foram implantadas, respectivamente Fortaleza, CE, Maricá, RJ e Niterói, RJ, e refletem os dados mostrados na tabela 1

Tabela 1 - Dados primários para construção do gráfico 6

	Fortaleza, CE / Palmas	Maricá, RJ / Mumbuca	Niterói, RJ / Arariboia
PIB a preços correntes 2021	R\$ 73.536.128,43	R\$ 85.814.296,00	R\$ 66.345.730,19
PIB município per capta 2021	R\$ 27.164, 45	R\$ 511.810,82	R\$ 128.333,01

Fonte: Elaboração própria

A tabela fornecida apresenta dados econômicos de três municípios brasileiros, focando no PIB a preços correntes e no PIB per capita em 2021. Quando analisamos esses dados no contexto das moedas sociais utilizadas nesses municípios (Palmas em Fortaleza,

Mumbuca em Maricá e Arariboia em Niterói), podemos observar alguns aspectos relevantes.

Maricá destaca-se com o maior PIB a preços correntes de R\$ 85.814.296,00 e um PIB per capita extremamente alto de R\$ 511.810,82, o que pode indicar uma economia robusta e uma possível concentração de renda ou uma população relativamente pequena em relação ao seu PIB total. Este alto PIB per capita pode ser parcialmente explicado pela implementação da moeda social Mumbuca, onde os recursos foram amplamente desenvolvidos, sendo um exemplo notável de renda básica universal em moeda social, redistribuindo renda e estimulando o consumo local.

Fortaleza, com um PIB a preços correntes de R\$ 73.536.128,43 e um PIB per capita de R\$ 27.164,45, utiliza a moeda social Palmas. A iniciativa Palmas é amplamente reconhecida por fomentar a economia local e aumentar a circulação de riqueza dentro da comunidade, embora seu impacto no PIB per capita seja menor comparado a Maricá.

Niterói tem o menor PIB a preços correntes entre os três municípios (R\$ 66.345.730,19) e um PIB per capita de R\$ 128.333,01. A moeda social Arariboia, utilizada em Niterói, visa promover a economia solidária e fortalecer a economia local. No entanto, os dados disponíveis não permitem medir diretamente seu impacto no PIB per capita em comparação com Maricá.

Diante dos dados mostrados e avaliados, entende-se que a implementação do Banco Comunitário e da moeda social, trouxe crescimento econômico para a cidade de Maricá, o que pode ser observado tanto no PIB total quanto no PIB per capita. Esses números refletem o aumento na atividade econômica e melhor distribuição dos recursos financeiros entre a população local.

CONCLUSÃO

Buscou-se, por meio da presente pesquisa bibliográfica, apresentar os principais fundamentos teóricos da moeda local e o desenvolvimento das comunidades que a utiliza. Inseridos neste contexto, pode-se vislumbrar os princípios dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e sua fundamental importância na viabilização da economia solidária e da inclusão financeira.

A partir da metodologia de revisão bibliográfica, tornou-se lúcido que a economia solidária, por meio do uso das moedas sociais, representa relevante instrumento de combate

às desigualdades sociais e à exclusão financeira da parcela da população com menor renda, além de desempenhar um importante papel pedagógico e simbólico no que se refere aos sentimentos de apropriação e identificação da comunidade com sua história e identidade local.

Ainda que distante da concepção de Razeto, de transformação estrutural da economia em direção a um modelo mais democrático, participativo e igualitário por meio da autogestão, cooperação e solidariedade como princípios da economia, as práticas de economia solidária têm se mostrado eficazes na inclusão financeira e participação social da população. Dessa forma, vê-se ser possível a desmistificação da usual lógica do mercado de consumo e abre-se espaço para a participação de todas as camadas da população na economia do país.

Para além dos benefícios sociais, nota-se que há, também possível geração e ampliação de renda e de capital nos territórios em que estão inseridas as moedas locais, além de serem estas capazes de produzirem informações e estudos importantes para a criação de novas e inovadoras políticas públicas no país.

Por fim, entende-se que a presente pesquisa cumpriu seu objetivo de mostrar os benefícios do uso das moedas locais, tanto como meio de gerar o sentimento de pertencimento, quanto o de estimular a economia, através da geração de empregos, poupança local, aumento de renda e do consumo e circulação de riquezas dentro dos territórios onde estão inseridas.

No entanto, quando aprofunda-se nos dados comparativos entre as moedas sociais aqui apresentadas e seu impacto na economia brasileira, nota-se que há, ainda, falta de estudos que vão além da simples diferenciação e caracterização das experiências. Nesse sentido, é entendido que se faz necessário mais estudos que permitam uma compreensão aprofundada do assunto, a fim de se utilizar, de forma eficaz, tais ferramentas de desenvolvimento em outras comunidades e regiões semelhantes.

Sugere-se, portanto, que um maior número de pesquisas na área da Economia sejam realizadas, de forma a acompanhar com maior detalhes as métricas e o impacto do uso das moedas locais na economia brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A TRIBUNA. **Prefeitura sanciona lei sobre criação de programa de economia solidária.** A Tribuna, 2021. Disponível em: <https://www.tribunarj.com.br/prefeitura-sanciona-lei-sobre-criacao-de-programa-de-economia-solidaria/>. Acesso em 17 abr 2024.

ALBUQUERQUE, F. Desarrollo económico local y descentralización em America Latina. **Revista de la Cepal**, 82 pp. 157-171, abr., 2003

ANDREZO, A.; LIMA, I. **Mercado Financeiro: Aspectos Históricos e Conceituais.** Porto Alegre: Guazzelli, 1999.

ANESI, D. Moedas Sociais: Mercado de Capitais e Financiamento à Economia. **Jusbrasil**, 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/moedas-sociais/453923157>. Acesso em 28 mar 2024.

APOLINÁRIO, S. **Vila Ipiranga, no Fonseca, recebe o primeiro Banco Comunitário de Niterói.** Comunic Sonia Apolinario, 2021. Disponível em: <https://www.comunicsoniaapolinario.com.br/single-post/vila-ipiranga-no-fonseca-recebe-oprimeiro-banco-comunitario-de-niteroi>. Acesso em 17 abr 2024.

ASSAF NETO, A. **Mercado Financeiro.** São Paulo: Atlas, 2000.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Listagem com os atos normativos do BCB vigentes, em cumprimento ao art. 19-A do Decretos nº 10.139, de 2019, com redação dada pelo Decreto nº 10.437, de 2020 (atualização em 1º/8/2022).** Disponível em: <https://shorturl.at/Fyysp>. Acesso em 4 jun 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 4.454**, de 17 de dezembro de 2015. Dispõe sobre auditoria cooperativa no segmento de cooperativas de crédito.. Disponível em: https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/50124/Res_4454_v4_L.pdf. Acesso em 4 jun 2024.

BATEMAN, M.; TEIXEIRA, F. **Mumbuca: a people's fintech in Brazil.** TNI, 2022. Disponível em: <https://www.tni.org/en/article/mumbuca-a-peoples-fintech-in-brazil>. Acesso em 22 jun 2024.

BLANC, J. Classifying “CCS”: community, complementary and local currencies types and generations. **International Journal of Community Currency Research (IJCCR)**, 15, Edição Especial, pp. 04-10, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei Complementar nº 130**, de 17 de abril de 2009. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito e revoga dispositivos das Leis nº 4.495, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp130.htm. Acesso em 4 jun 2024.

CALÓGERAS, P. **A Política Monetária do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação Informatizada** - Instrução nº 1, de 24/11/2015 - Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/instru/2015/instrucao-1-24-novembro-2015-781974-publicacaooriginal-148780-cd-dg.html>. Acesso em 4 jun 2024.

CAMINHA, U.; FIGUEIREDO, M. Atividade financeira e moeda: análise da experiência do conjunto palmeiras em Fortaleza-CE. **Revista Direito GV.**, 7(1), pp. 99- 130, 2011. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322011000100006>

CARDOSO, J. (ed.) **Novos Elementos para a História Bancária de Portugal**. Lisboa: Banco de Portugal, 1997.

CARVALHO, D. **Um estudo sobre a moeda social, análise do caso de Maricá e proposta para o município de Jundiá, como forma de recuperação econômica pós pandemia**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) em Ciências Econômicas. Orientadora: Profª. Dalia Maimon Schiray. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, RJ, 2022. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/22723/1/DMCarvalho.pdf>. Acesso em 24 jun 2024.

CARVALHO, F. Teoria e política monetárias: uma visão pessoal sobre uma relação difícil. **Econômica**, vol.6, nº 2, dez 2004.

CAVALCANTI, A. **O meio circulante nacional (1808-1835)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

CIDADE DE NITERÓI. **Moeda Arariboia atinge R\$ 200 milhões em circulação em Niterói**, ago 2023. Disponível em: <https://cidadedeniteroi.com/economia/moeda-arariboia-atinge-r-200-milhoes-em-circulacao-em-niteroi/>. Acesso em 22 jun 2024.
empreendedorismo infantil. Monografia, UMA Betim, 2022.

FARE, M.; FREITAS, C.; MEYER, C. Community currencies in Brazilian community development banks: what role in territorial development? The case of Banco Palmas. In: **Internacional conference on social and complementary currencies**, 2., Haia, Holanda, Anais... Haia, 2013.

FARIA, L. **Digitalizações de moedas sociais no Brasil e suas (Pré)Histórias: tensões e mediações com Estados, mercados e tecnologias**. Rio de Janeiro, 2018. 428 f. Orientador: Henrique Luiz Cukierman. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Decania do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, 2018. Disponível em: <https://is.cos.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/02/LuizArthurSilvaDeFaria.pdf>. Acesso em

18 jun 2028.

FRANCO, A.; PACHECO, C. **História do Banco do Brasil**. Brasília: Banco do Brasil, 1979.

FREIRE, M. Social economy and central banks: legal and regulatory issues on social currencies (social money) as a public policy instrument consistent with monetary policy. **International Journal of Community Currency Research**, 13: pp.76 - 94, 2009. Disponível em: <https://shorturl.at/GFy9x>. Acesso em 20 abr 2024.

FREIRE, M. **Social Money: Complementary Currencies**. Research Project on Solidarity Finance. Banco Central do Brasil. UNCITRAL International Colloquium on Microfinance. Vienna, 12-13, Jan 2011. Disponível em: <https://uncitral.un.org/sites/uncitral.un.org/files/media-documents/uncitral/en/freire.pdf>. Acesso em 22 jun 2024.

FREITAS, J. Análise visual do real. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Design Gráfico). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB. Orientador: Prof. Me. Wilson Medeiros. Cabedelo, 2021.

GALA, P. **O Bitcoin é uma “anti-moeda”**: cuidado! Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/bitcoin-nao-e-moeda-de-verdade-cuidado/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

GALANTE, L. **Uma história da circulação monetária no Brasil do séc. XVII**. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-graduação em História. Universidade de Brasília (UNB). Brasília, 2009. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/4247/1/2009_LuisAugustoVicenteGalante_rieduzida.pdf. Acesso em 30 jun 2024.

GANDRA, A. **Moeda social de Maricá completa dez anos, com 80 mil contas correntes**. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/moeda-social-de-marica-completa-dez-anos-com-80-mil-contas-correntes>. Acesso em 24 jun 2024.

HICKS J. R. **Liquidity in The Economic Journal**, Londres: MacMillan and Co. Limited, vol. LXXII, n. ° 288, pp. 787-799, dez 1962.

HILLBRECHT, Ronald. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BANCO PALMAS. **20 anos Banco Palmas Conectado**, 2018. Disponível em: <https://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/Manifesto-Banco-Palmas-20-Anos.pdf>. Acesso em 18 jun 2024.

INSTITUTO BANCO PALMAS. **Rede Brasileira de Bancos Comunitários**, 2024. Disponível em: <https://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>. Acesso em 15 abr 2024.

INSTITUTO E-DINHEIRO. **Moeda Social**: cada Município pode ter a sua. Fortaleza, 2022.

INSTITUTO PALMAS DE DESENVOLVIMENTO E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA. **Rede Brasileira de Bancos Comunitários**, 2011. Disponível em <https://bancopalmas.com>. Acesso em 14 abr 2024.

KENNEDY, M.; LIETAER, B.; ROGERS, J. **People Money**: The Promise of Regional Currencies. Reino Unido: Triarchy Press, 2012.

KEYNES, J. **Treatise on Money**, 2 vols., Nova Iorque, Ed. The MacMillan Co., 1930.

KUMASAKA, J.; CRUZ, B.; ALVES, F.; MENDONÇA, A. Ecalabilidade da inovação social em um banco comunitário. **REAd Rev eletrôn adm** (Porto Alegre), 28(1), PP. 232-261, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-2311.346.106566>. Acesso em 15 abr 2024.

LISBOA, A.; FAUSTINO, A. Trocas solidárias, moeda e espiritualidade. In: **Encontro Internacional de Economia Solidária**, 4, NESOL/USP. São Paulo, 2006. Anais do... São Paulo: Nesol/USP, 2006.

LOPES, J. **Economia Monetária**. 8º Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOPES, J.; ROSSETTI, J. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 2005.

MACIEL, H.; MACIEL, W. **A contribuição do microcrédito para o desenvolvimento**: um estudo de caso do Banco Palmas. *Essentia* (Sobral), 18(2), pp. 96-108, 2017.

MANCE, E. **Constelação Solidários**: As Fendas do Capitalismo e sua Superação Sistêmica. IFIBE. Passo Fundo– RS. 2008.

MARRA, N.; BÔAS, I.; VONO, C. **Moeda social e a economia solidária como empreendedorismo infantil**. Monografia, UMA Betim, 2022.

MATURANA, A.; COSTA, L.; KOHLER, R. Moeda social como instrumento de desenvolvimento local: um levantamento das práticas realizadas no território nacional. In: **Anais do I Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional** (SLAEDR), 1(1), 2018. Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/slaedr/article/view/10536/9215>. Acesso em 10 abr 2024.

MENGER, C. **Princípios de Economia Política**, 1988. Disponível em: <https://rothbardbrasil.com/wp-content/uploads/2021/02/Principios-de-Economia-Politica-Carl-Menger.pdf>. Acesso em 16 nov 2023.

MILL, A. **Tudo o que você precisa saber sobre economia: um curso intensivo sobre dinheiro e finanças**. São Paulo: Gente, 2017.

MOSTAGI, N.; PIRES, L.; MAHNIC, C.; SANTOS, L. Banco **Palmas**: inclusão e desenvolvimento local. *Interações* (Campo Grande), 20(1), pp.111-124, 21 mar. 2019. Universidade Católica Dom Bosco. Doi: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v0i0.1653>.

NASCIMENTO, A. Moeda Palma e o Desenvolvimento sustentável do Conjunto Palmeiras através da economia solidária. 2011, 131 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – CAEN, Fortaleza/CE.

NASCIMENTO, A. Moedas sociais circulantes locais e o papel dos bancos comunitários: a experiência do Banclisa em Teófilo Otoni (Minas Gerais). 52f. 2019. Monografia. Universidade Federal de Ouro Preto, 2019.

NASCIMENTO, D.; KREMER, A.; BENINI, E. Economia Solidária e Tecnologia Social: potenciais alternativas de configurações organizativas. **Revista Outra Economia**, 11(20), pp. 101-118, 2018.

NESOL-USP. **Banco Palmas** 15 anos: resistindo e inovando. Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP e Instituto Palmas. São Paulo: A9 Editora, 2013. p.180 v.1 Disponível em: https://www.novosparadigmas.org.br/wp-content/uploads/2016/03/LIVRO_BANCO_PALMAS_15_ANOS_WEB.pdf. Acesso em 22 jun 2024.

NITERÓI. **Extrato de Termo de Colaboração N° 001/2020**. Niterói, RJ: Diário Oficial - Prefeitura Municipal de Niterói, 2020. Disponível em: http://www.niteroi.rj.gov.br/wp-content/uploads/do/2020/09_Set/18.pdf. Acesso em 16 abr 2024.

NITERÓI. **Relatório de Monitoramento do PPA 2022 - 2025**. Secretaria do Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão - SEPLAG, 2022. Disponível em: https://www.portalplanejamento.niteroi.rj.gov.br/assets/docs/ppa2225/relatorio_monitoramento_ppa_2022_final.pdf. Acesso em 22 jun 2024.

O DIA. **Prefeitura de Niterói vai ampliar Programa Moeda Social Arariboia**. O Dia, 2022. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/niteroi/2022/02/6345903-prefeitura-de-niteroi-vai-ampliar-programa-moeda-social-Arariboia.html>. Acesso em 17 abr 2024.

OLIVEIRA, E.; BENINI, E.; ESTIVAL, K.; NEMIROVSKY, G.; NASCIMENTO, D.; Moedas Sociais e Suas Contribuições em Comunidades Economicamente Precarizadas Um Estudo Exploratório da Experiência do Projeto Pet Mania em Campo Grande – MS. **Desenvolvimento em questão**, 16(43), pp. 453-486, 2018. Doi: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018.43.453-486>.

OLIVEIRA, L.; SANCHES, B.; GONZALEZ, L. The emergence of socio-municipal currencies: an institutional change perspective in cash transfer policies. **International Journal of Community Currency Research**, 26(2), pp. 18-55, 2022. Disponível em: https://ijccr.net/wp-content/uploads/2023/07/18_35-ijccr-2022_5-martins_de_oliveira.pdf. Acesso em 15 abr 2024.

PANDELÓ, F. **Socialismo, cooperativismo e economia solidária no pensamento de Paul Singer**. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

PREFEITURA DE MARICÁ. **Moeda Social Mumbuca**, 2023. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/programa/moeda-social-mumbuca/>. Acesso em 19 jun 2024.

PREFEITURA DE NITERÓI. **Prefeitura de Niterói apresenta projeto para criação da Moeda Social Arariboia**. Prefeitura de Niterói, 2021. Disponível em: <http://www.niteroi.rj.gov.br/2021/06/17/prefeitura-de-niteroi-apresenta-projeto-para-criacao-da-moeda-social-Arariboia/>. Acesso em 16 abr 2024.

PUPO, C. Banco Comunitário Palmas: metodologia e análise geográfica do fenômeno. **Boletim Paulista de Geografia**, 98, pp. 111-127, 2018.

PUPO, C. Bancos comunitários e moedas locais: estratégias do circuito inferior para a sobrevivência. In: **Brasil popular, circuitos da economia urbana e políticas públicas**. Brasília: Editora Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12513/6/Brasil_Cap03.pdf. Acesso em 15 abr 2024.

PUPO, C. **Finanças solidárias no Brasil**: Bancos comunitários, moedas locais e a força dos lugares. 2022, 393 f. Tese (Doutorado em Ciências). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-15062022-191912/publico/2022_CarolinaGabrielDePaulaPupo_VCorr.pdf. Acesso 15 abr 2024.

RAMOS, G.; PEREIRA, I.; SOARES JR., W. **Economia Solidária e Moedas Sociais**: uma resposta sobre como desenvolver as comunidades brasileiras. Curitiba: Regra. Disponível em: 10.13140/RG.2.2.32945.04964. Acesso em 18 jun 2028.

RAZETO, L. **Los Caminos de La Economía de Solidaridad**. Buenos Aires: LUMENHVMANITAS, 1997, 240p.

REIS, T. **Papel-moeda**: o que é e qual a sua importância na economia? Suno, 2021. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/papel-moeda/>. Acesso em 30 jun 2024.

RIGO, A.; FRANÇA, G. O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da moeda social no “bairro da economia solidária”. **Cadernos EBAPE.BR**, 15(1), pp.169–193, 2017. Doi: <https://doi.org/10.1590/1679-395141258>

ROSSETTI, J. **Introdução à Economia**. 17º Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SANTIAGO, E. **Escambo**. InfoEscola, 2011. Disponível em: <https://www.infoescola.com/economia/escambo/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SANTIAGO, M. **Moeda social**. Origens, experiências e controvérsias. Monografia (Graduação) apresentada ao Curso de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Economia. Orientadora: Valéria Gonçalves da Vinha. Rio de Janeiro, junho 2013. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/672/1/MONOGRAFIA_MURILLOSANTIAGO%20%281%29.pdf. Acesso em 30 jun 2024.

SCARRANELLA, N. **Desenvolvimento local e o pós pandemia. 2020**. Apresentação no 5o Encontro Nacional da Rede Brasileira de Banco Comunitário, exibido dia 11 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kS3cAIHZg7A> Acesso em 20 abr 2024.

SEBRAE. **Meios de Pagamentos Digitais**. Brasília: DF, 2012.

SICSÚ, J. et al. **Economia monetária e financeira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SILVA JÚNIOR, J. **Avaliação de impacto e de imagem: Banco Palmas 10 anos**. Relatório Final. Juazeiro do Norte, 2008.

SILVA, S.; PEREIRA, C. Finanças solidárias e implementação de políticas sociais: o caso do banco comunitário e da moeda mumbuca no município de Maricá-RJ. **Boletim Mercado de Trabalho**, 74, pp. 167-181, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11659>. Acesso em 17 jun 2024.

SINGER, P. A economia solidária no governo federal. IPEA, 2004. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5246/1/bmt_n.24_economia.pdf. Acesso em 15 abr 2024.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e Estado**, 16(1-2), pp. 100-112, 2001. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922001000100005>.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf>. Acesso em 25 mar 2024.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002

SOARES, C. **Moeda Social** - Uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo. Florianópolis. 2006.

SOARES, C. A Moeda Social e a Economia Solidária no Brasil: Instrumentos para um novo padrão de desenvolvimento? **Revista Orbis Latina**, 1(1), janeiro- dezembro de 2011.

SOARES, C. Moeda Social in: CATTANI, A.; LAVILLE, J.; GAIGER, L.; HESPANHA,

P. (Org.) **Dicionário Internacional da Outra Economia**, Edições Almedina: Coimbra, 2009.

TABOAS, S. **Moedas Sociais e o Novo Marco Regulatório no Brasil**. Cryptoid, 8 dez 2023. Disponível em: <https://cryptoid.com.br/criptografia-identificacao-digital-id-biometria/moedas-sociais-e-o-novo-marco-regulatorio-no-brasil/>. Acesso em 18 jun 2024.

ULRICH, F. **Bitcoin: a moeda na era digital**. 1 ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2014.

VASCONCELLOS, M.; GARCIA, M. **Fundamentos de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

VILLAÇA, M. **O conceito de liquidez**. Revista de Administração de Empresas, vol.9, nº1, pp. 33-53, 1969.

VILLAR, P. **Ouro e moeda na história: 1450-1920**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

WRAY, L. **Trabalho e Moeda Hoje**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003. Capítulo 3: Uma Introdução à História da Moeda.